

ADEX WATENA UNA DA SILVA

**INTEGRAÇÃO COMO UM TEMA HISTÓRICO – INSTITUCIONAL
CASO DA COMUNIDADE ECONÔMICA DE ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL
(CEDEAO)**

CURITIBA

2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

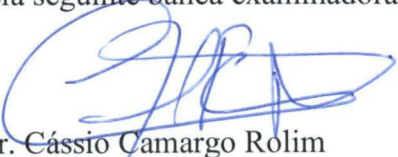
**INTEGRAÇÃO COMO UM TEMA HISTÓRICO – INSTITUCIONAL
CASO DA COMUNIDADE ECONÔMICA DE ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL
(CEDEAO)**

Monografia apresentada pelo acadêmico Adex
Watena Una da Silva ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do grau de
bacharel em Economia
Orientadora: Prof. Dr. Cássio Frederico Camargo
Rolim


**CURITIBA
2009**

TERMO DE APROVAÇÃO**ADEX WATENA UNA DA SILVA****INTEGRAÇÃO COMO UM TEMA HISTÓRICO – INSTITUCIONAL
CASO DA COMUNIDADE ECONÔMICA DE ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL
(CEDEAO)**

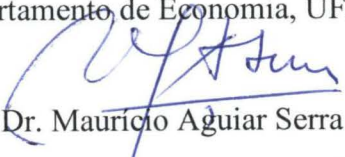
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientador. Prof. Dr. Cássio Camargo Rolim
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Dr. Fernando Motta Correia
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Dr. Mauricio Aguiar Serra
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 05 de dezembro de 2009.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Serafina e Fernando, por terem me colocado no mundo.

A Santa, minha irmã por ter custeado os meus estudos.

Aos meus irmãos e familiares em geral.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida e por tudo que ele tem feito por mim.

Ao professor Cássio Camargo Rolim, pela orientação e apoio.

Ao professor Fernando Motta Correia, pelos incentivos e apoio.

A minha namorada Gimaela, pelo apoio, incentivo, confiança e principalmente pelo amor incondicional.

A minha irmã Sulita, pelo apoio, incentivo, confiança e principalmente pela amizade.

A todos os que direta ou indiretamente contribuíram de alguma forma para meu sucesso durante toda minha vida estudantil.

ACRÔNIMOS E ABREVIATURAS

AEC	Comunidade Económica Africana
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CEPAC	Comunidade Económica dos países da África Ocidental
COMESA	Mercado Comum para a África Oriental e Austral
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
ERDF	European Regional Development Fund
ECOWAS	Economic Community of West African States
EUA	Estados Unidos de América
EU	União Europeia
EAC	Comunidade da África Oriental
EBID	Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO
ECCAS/CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
ERIB	Banco de Investimento Regional
ERERA	Fundo de Desenvolvimento Regional
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
MERCOSUL	Mercado Comum da América do Sul
NEPAD	New Partnership for Africa's Development
NAFTA	O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OOAS	Organização Oeste Africana da Saúde
OUA	Organização de Unidade Económica
PNB	Produto Nacional Bruto
PECC	Pacific Economic Cooperation Council
PIB	Produto Interno Bruto
PIF	Pacific Islands Forum
SADCC	Conferência de coordenação do Desenvolvimento da África do Sul
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
TLC	Tratado de Livre Comércio
UICC	Universal Integrated Circuit Card
UMA	União Árabe do Magreb
UA	União Árabe
UN	Nações Unidas
UEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental
UDEAC	União Douanière Economique et de l'Africa Central
WAUA	Unidade da Conta da África Ocidental
WAGP	Gasoduto da África Ocidental
WAMA	Agência Monetária da África Ocidental
	Instituto Monetário da África Ocidental
WAMI	
WAPP	Companhia de Electricidade da África Ocidental
WACH	Camara de Compensação África Ocidental

WRCU	Unidade de Coordenação dos Recursos Hídricos
WTM	World Travel Market
WAMZ	Zona Monetária da África Ocidental

RESUMO

Este trabalho executará a revisão bibliográfica de algumas literaturas da integração econômica existentes, e também da teoria de cooperação de Axelrod e da organização de Passini, tomando como caso de análise a Comunidade de Estados da África Ocidental (CEDEAO), com objetivo de evidenciar a importância de mudanças históricas e institucionais dos lugares na implementação de integrações econômica entre países.

Nos estudos de análise histórica e institucional, nota-se que os países se organizam de acordo com os usos e costumes históricos de resolver os problemas ou também de acordo com os meios possíveis existentes de se chegar a integração, também pode-se notar que mudanças que viabilizam e inviabilizam as atividades também podem ser encontrados nestas integrações.

As formas de organizações das instituições vão de acordo com as características e peculiaridade de cada região, ou seja, não será possível chegar a uma integração aceitável fazendo simplesmente a transferência dos modelos adotados em outras regiões. Finalmente chegou-se no estudo a conclusão de que a característica institucional tem um papel importante no modo da integração implementado em diferentes blocos econômicos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	12
2.1 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA.....	13
2.2 COOPERAÇÃO.....	15
2.3 PROBLEMAS DA COOPERAÇÃO.....	16
2.4 ORGANIZAÇÃO.....	18
3 BLOCOS REGIONAIS NO MUNDO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA.....	18
3.1 UNIÃO EUROPÉIA (UE).....	20
3.2 MERCADO COMUM DA AMÉRICA DO SUL (MERCOSUL).....	23
3.3 NAFFTA (NORTH AMERICAN FREE TRADE AGREEMENT).....	25
3.4 COOPERAÇÃO ECONÔMICA DA ÁSIA E DO PACÍFICO (APECC).....	26
3.5 TIGRES ASIÁTICOS.....	27
3.6 PACTO ANDINO.....	29
4 ESTRUTURA INSTITUCIONAL: COMERCIAL COMPARATIVA.....	29
4.1 CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO DE UNIDADE AFRICANA.....	29
4.2 CARACTERÍSTICAS DA UNIÃO AFRICANA.....	30
4.3 UNIÃO AFRICANA.....	31
4.4 COMPETITIVIDADE DOS BLOCOS ECONÔMICOS AFRICANOS.....	31
4.5 UMA AVALIAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DOS BLOCOS ECONÔMICOS AFRICANOS.....	37
4.6 COMUNIDADE DO LESTE AFRICANO (EAC).....	38
4.7 UNIÃO ÁRABE DO MAGREB (UMA).....	39
4.8 COMUNIDADE ECONÔMICA E MONETÁRIA DA ÁFRICA CENTRAL (CEMAC).....	40
4.9 COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE SUL DA ÁFRICA (SADC).....	41
5 COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO).....	44
5.1 ALIANÇAS E COMPLEMENTARIDADE NA CEDEAO.....	53
5.2 BRASIL E O CEDEAO.....	55
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

A questão da Integração Econômica sempre despertou interesse dos estudiosos da ciência econômica mundial, desde os tempos mais remotos o ser humano viveu e ainda esta vivendo numa sociedade integrada.

O conceito da Integração Econômica é muito dinâmico. Assim, dependendo do lugar em que está sendo implementado, as literaturas existentes sobre o assunto nos dão uma gama variada de conceitos. “Por integração regional, enquanto definição geral entende-se o processo pelo qual dois ou mais países estreitam seu relacionamento no sentido da cooperação, buscando objetivos que, isoladamente, não poderiam atingir” (PASSINI, 2000, p. 13).

Ao discorrer sobre a África em *Busca de um Futuro Melhor: a União Africana*, Simão (2009) fala que a vontade de ser responsáveis dos seus próprios destinos, junto com vontade declarada de viver em cooperação com os outros povos do mundo, tem sido a grandemente demonstrado ao longo dos tempos pelos povos Africanos.

Ao tratar da situação da integração em África, a Comissão da UA (2009) afirma que foi a partir da criação da OUA que a integração regional passou a ser uma das grandes preocupações dos países Africanos; e também que foi a partir deste momento que foram feitos muitos acordos entre os estados membros, com objetivo de apressar o processo de integração no continente. “De igual modo, o Tratado de Abuja, o Plano de Acção de Lagos, O Fórum do Sector Privado Africano, entre outros, sublinham a necessidade de promover a integração regional em África.” (COMISSÃO da UA, 2009, P. 10)

Por isso tem-se presenciado a formação de blocos econômicos de grande expressão na África como: CEDEAO (União Monetária do Oeste Africano), SADC (comunidade para o desenvolvimento África austral), UMA (União Árabe do Magreb), EAC (Comunidade do Leste Africano), CEMAC (Comunidade Econômica e Monetária da África Central) e muitos outros.

Todos estes blocos sub-regionais estão sendo liderados pela UA (União Africana) que está funcionando como uma espécie de “bloco mãe” com responsabilidade de promover uma interação verdadeira entre os países e de aumentar o nível de competitividade econômica, caminho este que esta sendo liderado pela África do Sul.

Uma investigação no âmbito institucional apoiado na literatura existente sobre o assunto pode ajudar a compreender a problemática da integração, de acordo com NORTH (1990) as instituições facilitam as ações, criando assim as condições adequadas para uma

interação entre as partes beligerantes; ou, seja elimina as dúvidas quanto à ação dos outros componentes da sociedade em que estamos inseridos , ficando assim mais claro o rumo dos acontecimentos futuros.

O estudo da integração que está sendo levado a cabo é baseado no âmbito Histórico-Institucional, ancorando-se em estudos diversos existentes sobre o assunto onde serão enfatizadas as teorias de integração de diversos autores, as teorias das organizações baseadas em estudos de PASSENI (2000), e também a da cooperação estudada por AXELROD (1996), Todos estes estudos nos servirão de âncora para explicar como as diferentes organizações institucionais podem produzir diferentes processos e modos de integração.

O objetivo do estudo que esta sendo levado a cabo é estudar a problemática da integração econômica no âmbito histórico-institucional, analisando o caso da CEDEAO, este é um caso histórico importante pelas suas peculiaridades, mais ao mesmo tempo pouco estudado por se tratar de bloco constituído pelos países de pouca expressão mundial, também tentarei mostrar como as transformações histórico-institucionais levados acabo pode ser determinante no rumo tomado pelo bloco. Mais se acredita que estudo de casos como estes podem dar contribuições importantes ao estudo do assunto da integração econômica.

Nos próximos capítulos o trabalho vai discutir a integração econômica através da abordagem histórico–institucional, onde vai ser estudada a experiência da Comunidade de Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Alem da introdução, a seção 2 nos fornece as referências teóricas que servirá de ancora para explicar o nosso problema, e seção 3 trata de blocos regionais no mundo: uma análise comparativa, seção 4 estrutura institucional: comercial comparativa, seção 5 trata da comunidade de estados da África ocidental (CEDEAO), e por fim na seção 6 foi feita uma conclusão.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

Nesta seção será apresentado as referencias teóricas que vão servir de suporte para analisar a integração econômica na (CEDEAO) na ótica histórico-institucional.

2.1 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

O conceito da integração econômica, em suas bases, esta vinculada as necessidades de criação de escala. Seja integração de empresas, de setores ou de países. Esta sofre variações, dependendo dos países, das épocas e, das etapas de evolução. (DAEMON, 1995, p. 49)

Segundo DAEMON (1995), há diversos tipos de integração econômica, que podem ser classificados segundo um grau crescente de interdependência, da seguinte maneira:

1. - Zona de livre comércio: países sócios concordam em eliminar as barreiras sobre o comércio reciprocamente, mas mantêm políticas comerciais independentes em relação aos demais,
2. - união aduaneira: união aduaneira além da eliminação recíproca das barreiras sobre o comércio, os sócios passam a adotar uma política comercial uniforme em relação aos demais países;
3. - mercado comum: a liberdade de deslocamento não se restringe aos produtos, mais abrange também os fatores de produção (capital mão de obra), é política comercial é uniforme em relação a país não- membros.
4. - união econômica: os acordos não se limitam aos movimentos de bens, serviços e fatores de produção, mas buscam harmonizar políticas econômicas para que os agentes possam operar sob condições semelhantes nos países constituintes do bloco econômico;
5. - integração econômica total: essa fase implica livre deslocamento de bens, serviços e fatores de produção, além de completa igualdade de condições para os agentes econômicos, pois o acordo prevê idênticas políticas econômicas e sócias, e administradas por autoridades supranacionais.

É importante salientar que na prática a formação de um bloco se da de acordo com as conveniência dos países envolvidos, podendo ser iniciada em qualquer uma das etapas apontadas acima "Na realidade, são as condições específicas de cada país ou região que

determinam as possibilidades de integração entre os seus mercados” (DAEMON, 1995, p. 40).

As teorias clássicas de comércio internacional recomendam a prática de livre comércio porque o protecionismo gera ineficiência e perda de bem estar. Uma das razões pelas quais também é importante a integração econômica são as vastas vantagens que os países podem auferir ao associar a sua economia a outras criando assim mais mercados aos seus produtos e também contribuir no aumento da qualidade e quantidade mais poder de escolha para a sua população melhorando assim deste modo o nível de vida da população.

Como já foi bem especificado anteriormente existem vários tipos de integração econômica que tem diversos tipos de envolvimento das partes beligerantes por isso ao deparar com um processo de integração temos que ter muito cuidado ao analisá-lo na tentativa de saber se uma integração total ou não? ”O grau de integração econômica varia, desde acordos comerciais preferenciais até área de livre comércio união aduaneira, mercados comuns e uniões econômica” (SALVATORE, 2000, p. 75).

Importante também salientar que existem vários processos de integração em que as partes beligerantes acabam por não cumprir todos os acordos assinados deixando de lado o parâmetro normal de uma integração econômica. ”Teoria da integração econômica se refere a política comercial de reduzir ou eliminar as barreiras, de forma discriminatória somente entre as nações interligadas.” (SALVATORE, 2000, p. 75)

Segundo DAEMON (1995) não existem integrações perfeitas, pois elas são impraticáveis no momento e que o caminho a seguir é das integrações possíveis. E também que os mercados não emergem naturalmente, eles são construídos. Por isso a conclusão que podemos tirar é que se a integração econômica for bem planejada pode resultar em grandes benefícios para o conjunto dos países que se propõem a promover o desenvolvimento industrial. No entanto, nada garante que haja harmonia na sua distribuição.

2.2 COOPERAÇÃO

Segundo BOGARDUS (1960) a cooperação consiste em trabalhar e viver em comunidade nos diversos níveis de atividade social. Por meio da cooperação os seres e os grupos humanos elevam-se de um plano de desenvolvimento social a outro mais rico e mais estimulante.

A necessidade de viver em grupo é uma das virtudes naturais dos seres humanos em grupo é mais fácil resolver os nossos problemas do dia-a-dia, mas para levar uns aos outros a

cooperar é preciso criar clima de confiança entre as pessoas envolvidas porque sem confiança não haverá interação e sem interação não pode existir a identidade, e sem identidade não pode existir uma cooperação verdadeira, porque para existir um grupo onde as pessoas vão lutar para um objetivo comum é preciso que todas as pessoas envolvidas se identifiquem com o grupo, ou seja, viver em comunhão com os interesses coletivos do grupo em que estão inseridos, só assim a comunidade vai progredir rumo aos seus objetivos o que pode fazer com que mais pessoas se entrem ao grupo.”*Enèl se planteia, en cambio como se poéde promover la cooperacion mediante la transformacion del próprio ambiente estratégico, por exemplo, reforzando la sombra que proyecta, el futuro*”(AXELROD, 1996, p. 122).

Tem alta probabilidade de existir cooperação e um bom desenvolvimento social e econômico numa sociedade em que existe a confiança entre as pessoas, porque com nível de confiança alta esta sociedade vai cooperar mais e com isso terá mais probabilidade de ser uma sociedade justa, com poucas traições e os benefícios certamente vão ser repartidos de uma forma mais igual.

Podem explicar o caso acima de outra maneira tomando como exemplo o dilema dos prisioneiros:

(...) dos complices de um delito son detenidos e interrogados por separado. Cada uno de ellos puede traicionar al otro, confesando, com la esperanza de recibir una pena más leve. Ahora bien, si ambos confiesan, sus confesiones no lè serán al fiscal tan valiosas como antes. Por otra parte, si cada uno de ellos coopera com el outro, negándose a confesar, el fiscal solamente poderá lograr que los condenen por un delito de poca gravedad. Suponiendo que ninguno de los cómplices tenga escrúpulos morales em delatar al compañero, o temor de hacerlo, los pagos pueden formar un dilema del prisionero. (RAIFFA 1957, pp. 94-95 apud AXELROD, 1996, p. 123).

BOGARDUS (1960) em seu livro princípios da cooperação deixou claro que um dos fatores que proporcionou grandes progressos econômicos a humanidade é a cooperação.

(...) a cooperação, no sentido geral de trabalhar e viver em comunidades, é mais antiga do que a raça humana. Sem ela, os seres humanos, estariam ainda vivendo em cavernas; com ela encontraram a fonte principal da sociedade humana, construindo a civilização. A cooperação baseia em uma combinação de auto-auxílio e auxílio mútuo, orientado no sentido da constituição de valores humanos universais. (BORGADUS, 1964, P. 12)

Também pode-se encontrar cooperação entre as pessoas com objetivos diferentes que ao descobrirem que apesar dos seus objetivos serem diferentes é mais fácil atingi-los com um cooperando com outro, mesmo que os objetivos fossem diferentes desde cada parte respeite a outra e existir colaboração entre eles a convivência pode durar por muito tempo trazendo assim benefícios para ambas as partes.

Podem tomar como exemplo a guerra da trincheira em que os soldados das duas partes entravam em acordo para garantir a sobrevivência de todos:

(...) etupefato al observar que soldados alemã mès iban y venian tranquilamente, a tiro de fusil, trás su propias líneas. Nuestros hombres parecían no darse conta. Em mi fuero interno, me resolvía a terminar com cosas como éstas en cuanto tomáramos el relevo; em modo alguno íbamos a consentir casos esí. Evidentemente, esta gente no sabía que estaban em guerra. Al parecer, ambos bandos confiaban em la política de <<viver y dejar viver. (DOGDALÉ, 1932, p. 94 apud AXELROD, R. 1996, p.77)

Segundo os biólogos EMERSON (1958), apud BOGARDUS (1964) a cooperação tem mais importância na evolução da sociedade humana do que “a luta pela existência entre seres ou grupos humanos” e que “a cooperação constituiu força mais favorável ao desenvolvimento do homem do que a áspera porfia emulativa pela existência.”

2.3 PROBLEMAS DA COOPERAÇÃO

Segundo AXELROD (1996) uma das grandes perguntas que todos fazem desde muito tempo é como podemos chegar a uma cooperação verdadeira num mundo em que o interesses individuais sempre se sobrepõe ao coletivo.

Numa cooperação em que não exista entre as partes componentes um compromisso com as causas ou objetivos pelas quais motivou a sua criação, pode surgir vários conflitos que poderá fazer com que esta não alcance os objetivos que motivou a sua criação a tendência é esta desaparecer, *“Hobbes razonaba que antes de existir los gobiernos, el estado de la naturaleza estaba dominado por el problema de los individuos egoístas, quienes competían de modo tan cruel y despiadado que la vida era solitaria, brutal y breve”* (HOBBS, 1951/1962 p.100 apud AXELROD, 1996:p.16).

AXELROD (1996) em sua análise dos problemas da cooperação deixou bem claro que atualmente a cooperação entre os agentes não esta submetido a uma autoridade central

mais a todos os componentes duma certa cooperação organizam ao levar acabo de acordo com as leis internacionais de comercio por isso o que esta claro também é que a existência da lei pode ser um dos incentivos para as pessoas cooperarem sem grandes problemas: *“Em nuestro dias, la interación entre naciones no està sometida a uma autoridad central. De aqui la relevancia que para muchas delas cuestiones esencioales de la política internacional revistem los requisitos que el nacimiento de la cooperacion exige”* (AXELROD, 1996, p.16).

Antes de levar a cabo qualquer atividade econômica que vise atingir certo objetivo é indispensável que esta esteja muito bem planejada. “Procurar cooperar conjugar as partes para formar um só todo, em único sistema econômico, é condenar-se desde o inicio a encontrar grandes progressos. As partes dos mercados nacionais são realidades pouco definidas, por isso a cooperação que consiste em fundi-las por simples adição, arrisca-se a chegar a qualquer coisa de bem frágil.” (DAEMON, 995, p. 40).

2.4 ORGANIZAÇÃO

Segundo PASSINI (2000), a teoria das organizações se originou nos trabalhos direcionados para resolver problemas da administração, ciências sociais e psicologia. Apesar de não ter se originado dos estudos levados a cabo pelos estudiosos das ciências políticas, estes têm usado e muito estas teorias nas resoluções de problemas diversos, como de ações governamentais, das políticas de administração pública, dos processos decisórios, e nos estudos das decisões políticas no que diz respeito a relações internacionais.

Conceituar a organização pode depender do ponto de vista e do local onde está sendo implementada, porque as regras e modo de interpretar os contratos burocráticos são diferentes. Toda esta interpretação depende do lugar e da sociedade em que estamos inseridos. “Unidades sociais devotadas principalmente à consecução de metas específicas” (PARSONS, 1973 apud PASSINI, 2000, P. 23), este é só um dos muitos conceitos existentes sobre o assunto.

De acordo com PASSINI (2000), o conceito da organização é diferente essencialmente porque os objetivos são diferentes, então como os objetivos preconizados são sempre diferentes, por isso é muito fácil nos deparar com conceitos diferentes nas organizações diferentes, “o objetivo é, segundo Etzioni, a situação futura que a organização, como uma coletividade, procura atingir” (ETZIONI, 1972 apud MARCELO PASSINI, 2000, P. 23).

Estar numa organização como tudo em que os seres humanos se envolvem, exige uma expectativa de ganhos no futuro. Só assim é possível juntar pessoas diferentes, com aspirações do futuro diferentes, mais há muitos estudiosos que declaram que podem existir organizações sem existir incentivos de ganhos futuros, pois as pessoas podem se agrupar numa organização guiadas pelos fatores não econômicos mais sim sentimentais.

De acordo com PASSINI (2000), tem duas escolas com idéias diferentes do porque as pessoas participam das organizações, a escola clássica acha que estes são impulsionados pelas recompensas futuras, e a escola de relações humanas além dos motivos econômicos também levam em conta os sentimentais, ou melhor, motivos fora da racionalidade humana. Mas segundo este mesmo autor o que esta subentendida nas idéias destas duas escolas é que os clássicos dão valor mais para as organizações formais enquanto que as de Relações Humanas, dá mais importância para as informais.

A divergência de idéias das duas escolas provocou o surgimento de uma terceira escola chamada de Estruturalista, esta escola veio mostrar que as duas escolas tanto os clássicos como a das relações humanas são importantes para explicar o problema em questão. Por isso que de acordo com PASSINI (2000), a escola Estruturalista levou em conta tanto as ideias que originaram das escolas clássicas como as que originaram das escolas de relações humanas para explicar a problemática das organizações.

3 BLOCOS REGIONAIS NO MUNDO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Ao tratar da integração econômica em África, Viana (2009) lembra que a história da integração econômica entre países ou território foi descrito primeira vez nos anos 1960 por economista húngaro Béla Balassa.

Actualmente tem aumentado cada vez mais esta tendência de cooperação que vai desde política até económica entre muitos países do mundo, podemos destacar os seguintes: UE, Mercosul, Nafta, APEC e Tigres Asiáticos e a União Andina.

Neste capítulo estudaremos estes principais blocos económicos existentes no três cantos do mundo.

3.1 UNIÃO EUROPEIA (EU)

A União Europeia teve sua origem em 1951. Nesta época, a Europa tinha acabado de ser devastada pelas duas grandes guerras mundiais; por isso existia entre todos os países europeus o temor de surgir outra guerra no continente. Também existia grande necessidade de criar uma aproximação maior entre todos os países europeus com objetivo de aumentar a confiança e cooperação entre eles. É então neste contexto político e institucional que foi criada a chamada “Comunidade Europeia do Carvão e do Aço”.

Esta comunidade foi formada por seis países que tinham uma grande estabilidade económica e política no momento, o acordo foi assinado nos anos 50 pela Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. Ao abordar a História da UE, o Portal de UE (2009) explica que além da garantia de paz em todos os países membros estes países tinham objetivo como de unir política e economicamente todos os países europeus.

O contexto político mundial não era dos melhores porque a humanidade estava enfrentando umas das mais acirradas disputa entre duas maiores potências militares da época Estados Unidos (EU) e a antiga União Socialista Soviética. E a Europa estava no centro desta luta pela hegemonia política, militar e económica. “guerra fria”, esta guerra foi um dos grandes impulsionadores da união entre os países da Europa ocidental, porque o regime soviético estava espalhando cada vez mais por toda a Europa e os grandes países do ocidente europeu tinha em união uma das armas de impedir a propagação do socialismo soviético.

Os países europeus integrados começaram a ter benefícios a partir dos anos 60, conforme visto na História da UE, o Portal da UE (2009) fala que o ano 60 foi dos melhores economicamente na Europa. Tudo porque foram eliminadas todas as barreiras comerciais

entre os países da união que contribuiu muito para o aumento do comércio entre os países e também contribuiu para uma produção mais eficiente de muitos produtos principalmente alimentícios garantindo assim uma quantidade e diversidade de alimentos em toda Europa.

O sucesso da união destes países europeus despertou interesse de outros países da Europa ocidental que não faziam parte da união. Isso porque em 1973 Dinamarca, Reino Unido e Irlanda aderem à união. A sociedade européia estava conhecendo mudanças radicais, ou seja, a idéia da integração entre todos os países estava ficando cada vez mais difundida em toda a Europa isto porque a o território da união estava ficando cada vez maior. porque saiu de seis para nove países membros e pode se notar que o poder econômico da união estava ficando cada vez maior com a adesão dos maiores economias da Europa a dinamarquesa e inglesa, este ultimo era na época o maior da Europa.

Pode-se notar que a união estava contando com três maiores economia da Europa, França, Reino Unido e Alemanha. Então estava claro que alem de mais rica e ocupando um espaço territorial bem maior que antes a união estava ficando cada vez, mas importante politicamente tanto na Europa como no mundo, ”começaram a ser atribuídas elevadas verbas para fomentar a criação de empregos e de infra-estruturas nas regiões mais pobres” (PORTAL UE, 2009).

Este grande aumento das atividades levadas a cabo pela união despertou interesse da população dos países membros em ter participação nas decisões que afetam a união. este foi uma das grandes virtudes do crescimento da união porque a participação populacional democratizou a união fazendo com que esta evolui sem grade disparidade em termos de opinião dos cidadãos de países membros e também as idéias não eram impostos pelos governantes como acontece em maioria das integrações mundiais mais sim mediante um referendo publico. “O Parlamento Europeu aumenta a sua influência na UE e, em 1979, os cidadãos passam, pela primeira vez, a poder eleger diretamente os seus deputados” (Portal UE, 2009)

Por isso era de se esperar que outros países que ainda estavam fora desejarem aderir à união exemplo disso é a adesão da Grécia em 81 e da Espanha e Portugal em 86. Com isso o mundo já estava perante a maior e mais bem sucedido processo de integração econômica de todos os tempos. Esta união era formada por grandes países mundiais e grande parte deles estavam organizados política, econômica e institucionalmente tudo isso contribuiu em muito para a rápida cumprimento das metas estabelecidas pela união e também na facilidade que estes chegavam ao acordo quanto às metas futuras. ”Em 1986, é assinado o ato único Europeu, um Tratado que prevê um vasto programa para seis anos destinado a eliminar

os entraves que se opõem ao livre fluxo de comércio na UE, criando assim o mercado único” (Portal UE, 2009).

Em 1993 a União Européia conseguiu atingir um dos seus grandes objetivos que é a integração total, ou seja, conseguir o que eles chamaram no Portal da União Européia (2009) de “quatro liberdades” que são livre circulação de mercadorias, serviços e de fatores, e depois em 1995 o espaço comunitário Europeu aumentou ainda mais com a entrada de três grandes economias Áustria, Finlândia e Suécia. Neste mesmo ano foi acertado em Luxemburgo o acordo que acabou com as fronteiras na Europa. Agora o continente passou a ser um país só em todos os sentidos ”todos os cidadãos europeus podem viajar para outros países sem que os seus passaportes sejam objetos de controle nas fronteiras” (Portal da UE, 2009).

Em 2000 foi instituído o Euro como a moeda única de todos os países da União com a exceção da Inglaterra. Recentemente houve um processo de alargamento para Europa de leste onde 10 (dez) novos países passaram a fazer parte da União Européia.

De acordo com as estatísticas do Banco Mundial (2009), atualmente UE conta com 25 países membros, com uma população de 325.9 milhões (2008), Produto Interno Bruto (PIB) de 13,565.5 (2008), e conta com renda per capita de 38,821 (2008) e com uma área de 2,585.2 (2008) Km².

3.2 MERCADO COMUM DA AMÉRICA DO SUL (MERCOSUL)

Segundo PASSINI, (2000) apud Barbosa (1991) os primeiros estímulos a integração na America do sul começou nos anos 50. E que o continente sul americano enfrentava uma baixa taxa de crescimento, baixa taxa de exportação acompanhada com a queda do preços das matérias-primas e também com grandes movimentos nacionalista, ou seja, muitas políticas publicas viradas para o crescimento interno do mercado e também que economia sul America era pouco aberta para o mercado mundial.

A integração na America do sul é um movimento não muito antigo se formos comparar com a dos outros lugares do mundo, mas também não é tão recente como muita gente pensa. O movimento para a formação de um mercado comum na America do Sul teve seu inicio nas décadas de 50 e 60 que culminou na sua fundação 1991 por quatro (4) países Sul Americana, Brasil, Paraguai, argentina e Uruguai.

Mas antes da criação do MERCOSUL propriamente dita já houve outras tentativas de criação de integração em toda America latina. ”essas idéias inspiradas pelo exemplo europeu, produziram estudos e teorias de integração, o que acabou influenciando fortemente

na criação da ALALC (Associação Latino Americana de Livre Comercio), 1960” (PASSINI, 2000, p. 43).

Mas o ALALC que segundo PASSINI (2000) foi criado em 1960 na Uruguai mas concretamente na cidade de Montevidéu. Tinha como principal anseio a criação de um mercado de livre comercio num prazo Maximo de doze anos (12), e tinha como membros Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

Mas este ambicioso projeto dos países da America Latina se esbarrou em muitos problemas onde se destacava os políticos. Muitos países deste continente estavam sob regimes ditatórias, ou seja, não existia um ambiente institucional propicio para uma evolução segura e saudável de um projeto como a integração política e econômica de todos os países da America latina.”A teoria de neo funcionalismo considerava a existência. de democracia como um dos principais pontos para a integração” (PASSINI, 2000, P.14). Por isso de acordo com o próprio PASSINI (2000), as negociações sobre a integração econômica na America do sul só começou a progredir quando os dois principais países, Brasil e Argentina deixarem de ter governos ditatórios e passaram a ser países democráticos com governos civis e escolhidos no ato eleitoral livre e justo pelo povo.

Um dos muitos problemas que o processo integracionista na America do Sul enfrentava alem da ditadura militar era a falta de conexão entre países, ou seja, não existia sintonia quanto aos objetivos preconizados. Existiam muitas rivalidades, ou seja, cada pais tentava puxar a parte bom para o seu lado.” Já na década de 70, os países da America Latina estavam mais voltados para os problemas internos e assistimos a uma rivalidade político militar Brasil/Argentina” (PASSINI, 2000, P. 44).

Também nesta década o método de crescimento de quase todos os países da America Latina era virado para exportação de produtos de baixo valor agregado. “matérias-primas” para outros continentes, ou seja, podemos dizer que o crescimento do continente era muito dependente dos outros continentes. E isso só dificultou ainda mais a afirmação do ALALC. “as economias latino-americanas encontravam-se mais dependentes do mercado internacional, o que resultou em metas menos ambiciosas, maior flexibilidade e a não fixação de prazos para uma eventual constituição de mercado comum regional” (PASSINI, 2000, P. 44).

Depois na década de 80, que a década que podemos chamar de década de grandes mudanças políticas em toda America Latina. Foi nesta época que ocorreu a queda das ditaduras militar e também existiam muitos outros problemas políticas, econômicas e sócias para resolver.

(...) A década de 80 não começou favoravelmente para os projetos de integração, onde as principais preocupações centravam-se na emergência dos governos civis (eleições democráticas), com uma conjuntura anti integracionista, quando 30% das exportações (receitas advindas destas) iam para a dívida, a geração de mega superávits atingida principalmente por contração das importações, a queda na taxa de investimentos, a desordem macro econômica, a instabilidade de preços, a flutuação da taxa cambial e a perda de competitividade por atraso tecnológico”. (PASSINI, 2000, P. 44).

Mas foi nesta mesma década que começou a reviravolta, ou seja, foi neste período que começou as primeiras iniciativas rumo à consolidação do processo de integração na América latina. Segundo PASSINI (2000), em 85 começou um novo tempo no que diz respeito ao processo de integração na América do Sul. Porque foi neste período que aconteceu a assinatura da Declaração de Iguazu entre os presidentes do Brasil e Argentina José Sarney e Raúl Alfonsín, mas só que agora foi verificada uma grande participação dos empresários destes países.

Mas antes do MERCOSUL houve ainda outros tratados, o mais importante dele é o da cooperação e desenvolvimento onde segundo o PASSINI (2000) o tratado foi dirigido pelos presidentes da república de Argentina e Brasil e coordenado pelos ministros das relações exteriores dos mesmos países e pouca participação do setor social dos dois países. Todas estas sucessivas tentativas através de realizações de reuniões, e assinaturas de acordos culminaram na inclusão de Paraguai e Uruguai e na criação do MERCOSUL em 1991 na cidade de Assunção.

A partir desta data o processo de integração na América do Sul tomou outro rumo diferente do antes até porque o momento político e econômico dos países estava mais propício do que antes e também a preção de constituir um mercado comum na América do Sul era maior e existia grande preocupação de criar um mercado comum bem organizado que possa competir com as muitas que já existiam no mundo todo. “nos anos 90, as negociações intergovernamentais em torno do MERCOSUL tornaram-se o campo mais ativo das diplomacias econômicas destes países.” (PASSINI, 2000, P. 55).

Segundo PASSINI (2000) apud Baptista (1991) agora com a criação do MERCOSUL o objetivo passa a englobar todos os vertentes de uma integração econômica como de criação de uma zona de livre comércio e mercado único, onde tinham como principal meta atingir a livre circulação de bens, de serviços e fatores.

Ao tratar de dados econômicos de MERCOSUL, EU MERCOSUL (2009) fala que atualmente o bloco conta com o mesmo número de países, com área de 11,8 milhões de

quilômetros quadrados, e é a quarta economia mais importante do mundo ficando atrás apenas dos EUA, EU, e JAPÃO. Possui uma população de 218 milhões de habitantes e um produto interno bruto PIB, de quase 900 bilhões de euros.

3.3 NAFTA (North American Free Trade Agreement)

A NAFTA (North American Free Trade Agreement) foi fundada em 1988 entre Estados Unidos de America (EUA) e Canadá depois em 1992 México aderiu ao bloco que passou a ter três (3) membros. Pode se dizer que estamos perante uma nova experiência integracionista, ou seja, estamos pela primeira vez falando de integração econômica entre países desenvolvidos (EUA e Canadá) e um países em via do desenvolvimento o México neste caso, e também vamos estar pela primeira vez diante de integração entre países com usos e costumes, culturas, estrutura produtiva diferentes.

Estamos neste caso falando de economias bem desenvolvidas como o EUA e do Canadá, estas economias são, mas intensivos em capital com produtividade de trabalho maior e conseqüentemente com um salário maior, e de outra economia como Mexicana que é mais intensiva em mão de obra com organização institucional diferente e com produtividade de trabalho e salário bem menor.

Nos estudos sobre a NAFTA, Sua Pesquisa (2009) frisa que o objetivo da NAFTA é de criar condições para que os países participantes do bloco possam beneficiar das virtudes do livre comercio que viria da queda de todas as barreiras alfandegárias. Promovendo assim deste modo o mercado livre para todos os países membros do bloco. Também têm como objetivo, reduzir os custos de troca comercial entre eles, efetuar ajustes na economia de todos os países membros para que possam sair na frente no quesito competitividade como os outros países e melhorar a exportações de bens e serviços entre os países membros.

Eliminar todas as barreiras comerciais existentes entre os países membros. e com isso criar condição para que possa existir uma ária de livre comercio entre estes países ate no Maximo quinze anos (15), e também incentivar a cooperação entre países membro, garantir o respeito ao direito de propriedade intelectual na união e outros objetivo desta organização é de diminuir a imigração clandestina dos Mexicanos para EUA.

Estamos claramente perante a uma estrutura integracionista diferente. porque em todos os outros estudados antes sempre verificava o acordo de livre circulação de pessoas, mas no NAFTA está acontecendo curiosamente o contrário, porque está claro que uma das intenções do EUA na assinatura do acordo é travar a intensa imigração de pessoas do México

para este EUA. Os americanos estão cientes que uma das maneiras de resolver este problema é ajudar o México a criar condição de manter os Mexicanos no país, por isso pode-se dizer que uma das principais razões de EUA incluir o México na integração é travar esta imigração dos Mexicanos para EUA.

As diferenças existentes entre países membros desta integração fazem surgir problemas não encontradas nas outras integrações como o UE e MERCOSUL "Muitos críticos afirmam que o acordo provocou uma série de efeitos negativos para países-membros, principalmente no México, o mais pobre deles: concentração de renda, exploração de mão-de-obra mexicana, aumento da imigração ilegal nos EUA, etc." (Mundo Educação, 2009).

Mas a NAFTA também tem grandes vantagens para todos os países membros principalmente para o México que é o membro mais pobre da organização, nos estudos sobre a NAFTA, Sua Pesquisa (2009) frisa que as empresas multinacionais Americanas beneficiaram muito com a mão de obra barata mexicana e também que os Mexicanos beneficiaram com o aumento da oferta de emprego e os Americanos estão beneficiando muito com a compra do petróleo Mexicano aproveitando assim as facilidades comerciais que a integração oferece e também da diminuição dos custos de transporte.

Ao falar sobre NAFTA, Sua Pesquisa (2009) esclarece que, o comercio entre Nafta e o Chile tem aumentado cada vez mais o que indica que provavelmente este país que é do sul do continente americano pode ser o futuro integrante desta organização. Mas a distancia entre este país e os países integrantes do NAFTA é muito grande fator este que pode vir ser determinante na decisão da entrada do Chile.

Mas esta organização tem muitas coisas em comum com as outras organizações integracionistas espelhados pelo mundo, existem acordos e regras firmados entre os países membros da NAFTA com objetivo de regulamentar o comercio entre os países membros. "*El TLC preve la eliminación de todas las tasas arancelarias sobre los bienes que sean originarios de México, Canadá y Estados Unidos, en el transcurso de un periodo de transición*" (FMM Educación, 2009)

Ao falar do Tratado de Livre Comercio de Norte Americano (TLC-NAFTA), o FMM Educación (2009), esclarece que as regras sobre origens dos produtos da NAFTA foram estabelecidos para garantir que:

1. Os benefícios da NAFTA vão só para os bens produzidos na região do norte do continente americana.
2. Acabar com dificuldades administrativas existentes entre os países para facilitar a importação e exportação entre os países membros.

No mesmo estudo sobre TLC-NAFTA, FMM *Educación* (2009) fala que todas as regras comerciais do NAFTA estão de acordo com as regras de tratamento nacional do GATT, e estas regras abrange todas as áreas do comércio na região. “*Estas disposiciones establecen las reglas relativas a los aranceles y otros cargos, así como a restricciones cuantitativas entre las que se encuentran cuotas, licencias y permisos y requisitos de precios a importaciones o exportaciones que regirán al comercio de bienes*” (FMM *Educación*, 2009)

A NAFTA é formada por três grandes países e dois destes países estão entre os mais ricos do mundo e também ocupa um território muito grande e conta com população que possui poder de compra altíssimo. Nos estudos sobre a NAFTA, Sua Pesquisa (2009) apud Banco Mundial a população do NAFTA é de 418 milhões de habitantes e PIB (Produto Interno Bruto) é de 10,3 trilhões de dólares e a renda per capita é (em US\$): 25.341.

3.4 COOPERAÇÃO ECONÔMICA DA ÁSIA E DO PACIFICO (APEC)

A APEC é um bloco econômico formado pelos países de diferentes continentes, maior parte são os da Ásia, pacífico e Oceania, estes países são: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Cingapura, Coreia do Sul, Filipinas, Estados Unidos, Hong Kong, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Rússia, Tailândia, Taiwan e Vietnã. Além desses países membros existem ainda outros observadores: *Association of Southeast Asia Nations* (ASEAN), *Pacific Economic Cooperation Council* (PECC) e *Pacific Islands Forum* (PIF).

Na abordagem sobre o APEC, Centro Gestor de Inovação (2009) informa que o APEC foi idealizado na conferência dos países membros de ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) e outros parceiros econômicos como EUA e Japão, em Austrália no ano de 1989. E que esta organização só foi transformada em bloco econômica numa conferência realizado nos EUA concretamente na cidade de Seattle no ano de 1994. Nestas circunstâncias todos os membros se comprometeram em transformar o pacífico numa área de livre comércio.

O APEC foi criado por estes países para não ficar de fora da nova tendência mundial dos países diferentes estarem integrados econômica e politicamente. Por isso que os países da Ásia e do pacífico impulsionados pela Austrália decidiram seguir a tendência mundial formando uma integração entre os países desta região e outros que normalmente são históricos parceiros econômicos da região EUA, por exemplo. “o referido evento foi motivado, em grande medida, pelos temores demonstrados por esses países com o aumento

das tendências protecionistas na região. Ainda que amparados em fundamentos distintos” (LUCENA, 2007, p. 302).

No estudo sobre a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC), Paulo Lucena (2007) esclarece que esta organização tem uma particularidade que é não existência de uma regra que vincule os membros, ou seja, cada membro é livre para traçar os seus próprios planos para atingir os objetivos preconizados pela organização. Pode-se dizer que estamos perante um novo modo de integração econômica onde os países membros são separados por uma distância relativamente maior e também por países de diferentes continentes mais com algum tipo de ligação em termos de relação comercial.

O APEC tinha como grande objetivo de acordo com os estudos sobre APEC, Lucena (2007) redução das barreiras comerciais existentes entre países membros e também de aumentar investimentos nos países da Ásia e pacífico com objetivo de facilitar a livre circulação de bens, serviços e capitais entre os países. E que esta organização em detrimento dos outros nunca se preocupou em criar uma união aduaneira ou uma integração econômica fechada, mas sim sempre priorizou a manutenção do livre comércio entre os países membros e outros não membros.

No mesmo estudo sobre NAFTA, Lucena (2007) frisa que este grupo de países é responsável por 47% do comércio mundial. E possuem um PIB comum de 19 trilhões, uma população de 2,5 bilhões de pessoas, e que nos primeiros dez (10) anos os membros desta organização conseguiram ser responsáveis por 70% do crescimento de toda economia mundial, com a exportação de 113%, investimento estrangeiro direto aumentou 112% e o foi criado nesta organização mais de 195 milhões de novas vagas de emprego.

3.5 TIGRES ASIÁTICOS

Tigres asiáticos é o nome dado a um grupo de quatro (4) países de leste asiático, estes países não chegaram a formar uma integração econômica mais o método de desenvolvimento adotado pelos quatro países eram praticamente iguais, ou seja, todos eles tinham o método de desenvolvimento virado para a educação e exportação. “os Tigres Asiáticos não formam um novo bloco econômico com bases institucionais constituídas, como a União Europeia ou o MERCOSUL, mas isso não diminui a importância e a dinâmica do grupo quanto às questões econômicas, comerciais e políticas da região” (Mundo Escola, 2007).

Esta é razão pelo qual decidimos estudar Tigres Asiáticos, porque nos revela um tipo de integração econômica que podia ser chamado de “informal”.

Os Tigres Asiáticos são formados por Coreia do Sul, Taiwan (Formosa), Cingapura e Hong Kong, e o nome Tigre Asiático se deriva ao modo de crescimento que estes países adotaram depois do comunismo nos anos 80, modo de crescimento este que era caracterizado pela agressividade e por isso todos estes países experimentaram crescimento espetaculares.

Na atualidade quatro outros países Asiáticos com a mesma estratégia do desenvolvimento passaram a integrar ao grupo de países chamados Tigres Asiáticos, estes novos países são: Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã. De acordo com as informações encontradas nos estudos sobre Tigres Asiáticos, Mundo Escola (2007), frisa que os principais investimentos destes novos países integrantes do Tigre Asiático é proveniente do Japão, EUA, Coreia do Sul e Taiwan.

De acordo com os dados disponibilizados nos estudos sobre Tigres Asiáticos, Mundo Escola (2007) informa que os países componentes do Tigre Asiático cresceram tanto que em 30 anos a exportação aumentou de maneira espetacular em todos estes países, o aumento era de 202% do Produto Nacional Bruto (PNB), em Cingapura, e em Hong Kong 132%.

3.6 O PACTO ANDINO

Esta integração é chamada de Pacto Andino porque é formado por países localizados nos Andis no continente Sul Americano. No artigo que tratou de Grupo Sub-Regional Andino, na Revista de Informação Legislativa, Panebiaco (1984), explica que esta integração foi instituída no Maio de 69 pelo acordo de Cartagena, onde estavam presentes os seguintes países: Chile, Equador, Colômbia e Peru por isso considerados fundadores. A Venezuela aderiu à organização Fevereiro de 73, e Chile por sua vez abandonou a integração em fevereiro 76, por causa dos problemas políticos que o país enfrentava com a tomada do poder de Augusto Pinochet.

Neste mesmo artigo escrita na Revista de Informação Legislativa, Panebianco (1985) frisa que o acordo de Cartagena não inclui a votação por maioria de dois terços, mas em contraste, tem que existir unanimidade entre todos os estados membros da organização e que este tem como principais objetivos ter uma política econômica e social comum. E estas políticas têm que estar de acordo com as legislações existente na organização.

Segundo este mesmo artigo na Revista da Informação Legislativa, Panebianco (1985) explica que o grupo Andino conseguiu atingir varias metas onde se destaca: Liberalização do Comércio intra-regional andino, tarifa aduaneira externa comum, Regime comum do capital estrangeiro e Participação dos Estados-Membros na execução das decisões. Esta integração apesar de ser constituído por países com nível de desenvolvimento muito baixo por isso com muitos problemas institucionais para resolver conseguiu atingir alguns objetivos preconizados exemplo das que foi citado acima.

De acordo com os dados fornecidos no estudo sobre Pacto Andino, pelo Centro Gestor de Inovação (2009), o Pacto Andino conta com 5 países: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela com uma população de 114,9 milhões de habitantes e PIB de US\$ 279,3 bilhões com um volume de exportação e importação de US\$ 65,9 bilhões e US\$ 52,6 bilhões respectivamente.

Acabamos de fazer análise dos cinco grandes blocos econômicos mundiais, nesta análise ficou evidente que cada bloco é um caso especial, ou seja, os blocos estão organizados e formados de maneiras diferentes.

Pode-se notar que o modo ou nível de integração é diferente, ou seja, blocos como EU e NAFTA estão funcionando na máxima força, porque o comprometimento dos países com o bloco é claramente bastante considerável, e também o mais importante é a antecedência política, econômico e principalmente institucional dos países destes blocos.

O bloco MERCOSUL esta enfrentando muitos problemas para chegar ao nível de integração dos dois blocos acima, porque como mostra o nosso estudo a história e o caminho percorrido ao longo dos tempos são diferentes, então se pode dizer que a existência de instituições mais consolidados e credíveis nos blocos como a EU e NAFTA foi fundamental no sucesso destes blocos.

Enquanto que o MERCOSUL é composto por países relativamente mais pobre e por isso conta com grande fragilidade em termos de organizações políticas, sociais. Tudo isso condicionou e muito na qualidade de integração atingido por este bloco. A realidade destes blocos estudados nos da uma idéia clara de como a as instituições é muito importante no sucesso ou não de qualquer projeto seja ele político, sociais e econômicos.

No próximo capitulo seguindo a mesma linha de raciocínio faremos uma análise detalhado de todos os principais blocos econômicos africanos, este estudo nos deixara numa condição privilegiado de evidenciar como a organização institucional é realmente determinante nos resultados atingidos pelos blocos.

4 ESTRUTURA INSTITUCIONAL: COMERCIAL COMPARATIVA

Com a independência de grande parte dos países africanos surgiu à necessidade de uma maior interação entre os países independentes para banir o jogo colonial de uma vês por todas do continente africano e também para acabar com os problemas sócias, políticas, econômicos que o continente enfrentava, por esta razão: A Organização da Unidade Africana (OUA) foi criada a 25 de MAIO de 1963 em Addis Abeba, Etiópia, através da assinatura da sua constituição por representantes de 32 países africanos independentes. A OUA foi substituída pela União Africana em 9 de julho de 2002.

4.1 CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO DE UNIDADE AFRICANA

No estudo que abordou Busca de um Futuro Melhor: a União Africana, Simão (2002) declarou que a carta da OUA deixa claro que objetivo da sua criação que vão desde políticos, econômicos ate sócias são:

1. Promover a unidade e a solidariedade entre todos os povos ou países africanos.
2. Políticas econômicas coordenadas com objetivo de criar condição para o continente atingir um futuro promissora para todos os africanos.
3. Garantir a soberania e independência total de todos os países africanos.
4. Acabar com todas as formas do colonialismo em África
5. Promover a relação com países dos outros continentes, levando em conta a carta das Nações Unidades (UN) e também a dos direitos humanos.

Isso mostra claramente que a cúpula Africana, no momento estava ciente de que haverá uma integração saudável, só quando foram reunidas todas as condições necessárias, por isso a organização priorizou a eliminação do imperialismo e dos problemas deixados por este no continente. “a fragmentação do continente e concentração da produção numa pequena gama de produtos primarias de exportação constituíam grandes obstáculos a diversificação das atividades econômicas e a criação de mercados modernos e internacionalmente competitivos.” (VIANA, 2009, P. 4)

Neste caso a OUA acordou que os países africanos que estavam independentes naquele momento deveriam promover a cooperação entre eles e também encorajou os países

vizinhos a promover cooperação econômica entre si. E a maiorias dos países estavam de acordo com a opção de uma cooperação sub-regional visto que a semelhança e proximidade iriam facilitar as coisas, deste modo a Comissão Econômica da ONU para a África (ECA) propõe a divisão do continente em cinco sub-regiões: oriental, austral, central, ocidental e norte de África.

Nos estudos sobre a integração econômica em África, Viana (2009) frisa que todas as propostas da comissão foram aceites e levadas a cabo por todos os países africanos independentes porque a proposta tinha realmente como principal objetivo fortalecer os arranjos económicos sub-regionais já existentes. E se for necessário criar outro de modo a criar condição de cooperação e harmonização dos diferentes agrupamentos com vista ao estabelecimento gradual duma comunidade económica no final do século.

Em África, grande parte dos países não era independente e aqueles independentes estavam com muitos problemas que vão desde políticos ate económico. E muitos destes países mergulharam em competições internas que culminaram em guerras civis que veio assim a ser uma das grandes problemas para integração económica na África.

Mesmo com esta vasta gama de dificuldade que o continente estava atravessando foram implementados alguns dos objetivos da OUA a quando da sua criação exemplo deles é a criação de vários blocos económicos sub-regionais entre os quais: Mercado comum da África oriental e austral (COMESA), Comunidade económica dos estados da África ocidental (CEDEAO), União dos Países Árabes do Magreb (UMA), Comunidade para o desenvolvimento da África austral (SADEC), e muitos outros. Criação destes blocos contribuiu para fortalecer a economia africana e também criou condições para que futuramente o continente possa ser capaz de formar um bloco económico competitivo. Mas será que a OUA conseguiu vencer todas as dificuldades existentes? Será que a África agora reuniu todas as condições para formar uma integração mais competitiva no futuro?

4.2 CARACTERÍSTICAS DA UNIÃO AFRICANA

O Ministro Moçambicano de Negocio Estrangeiro e Cooperação no seu trabalho África Em Busca de um Futuro Melhor: a União Africana, Simão (2002) deixou claro que a OUA entre todos os objetivos preconizados a única plenamente cumprida foi á libertação do continente do domínio colonial, e que este não conseguiu atingir os outros objetivos por falta de planeamentos eficazes para conquistá-los.

Mas ele deixou Claro que apesar de todas as limitações a OUA não deixou de criar mecanismos possíveis para atingir todos os objetivos para o qual foi criado. Foi nesta ótica que surgiu a idéia de criação da nova organização ou renovação da OUA, adequando-o aos novos objetivos do continente e também de dar continuidade aos objetivos da OUA, assim surgiu a UA.

4.3 A UNIÃO AFRICANA

A UA foi criada em 2002, baseado no modelo da União Européia, mas atualmente com atuação mais próxima a da Comunidade Britânica (*commonwealth*) que ajuda na promoção do desenvolvimento em todo continente africano através da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). Tal como a Organização de Unidade Africana (OUA) a União Africana também promove a integração sub-regional como forma de desenvolvimento econômico e tem agora como objetivo a integração total de toda a economia africana.

Neste momento funcionam 5 (cinco) organizações de integração regional: comunidade econômica dos estados de África ocidental (CEDEAO), União Árabe do Magreb (UMA), Comunidade Econômica dos Países da África Central (CEPAC), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral. (SADC), Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), e muitos outros, a União Africana continuou com a política de OUA de incentivo a integração econômica sub-regional. Porque será que a UA continuou com o mesmo método da OUA que baseava no incentivo à integração entre os países vizinhos?

Um dos grandes objetivos da união africana era a criação de um parlamento africano que já foi concretizado e também de um banco central de desenvolvimento que vai ter como função resolver os problemas de créditos e fortalecer a capacidade competitiva do continente. Depois de todos estes progressos já podemos dizer que o continente já esta totalmente integrada? Ou ainda falta muita coisa para chegar a este ponto?

4.4 COMPETITIVIDADE DOS BLOCOS ECONÔMICOS AFRICANOS

Todos os cinco (5) blocos econômicos mais importantes da África foram formados na década de 1970, ou seja, depois de se tornarem independentes. Os blocos foram formados por países mais próximos geograficamente ou pelos países da mesma região e também pelos países culturalmente mais próximos. Estes cinco blocos econômicos são: o próprio CEDEAO,

que é formado pelos países da África ocidental; o bloco da CEMAC Comunidade Econômica Monetária de Estados da África Central, formado pelos países da zona central da África; temos também o SADC, Comunidade de Desenvolvimento da África Austral; a EAC, que significa Comunidade da África Oriental; e por último temos a União Árabe do Magreb (UMA), o qual é formado pelos países chamados “Magrebinos” do norte do continente. Mauritânia é o único país membro que não é do norte da África, mas a herança cultural foi uma das causas da Mauritânia sair do CEDEAO e ingressar à UMA.

Entre todos estes blocos econômicos existentes na África o SADC é considerado o mais importante de todos por ter como membros países mais fortes economicamente, como, por exemplo, a África do Sul que é o país mais rico do continente. Na abordagem sobre os Países do Mundo, Portal do Brasil (2009) frisa que a África do Sul é detentora de 1/5 do Produto Interno Bruto (PIB) de toda a África. Então teoricamente é o único país do continente com capacidade econômica e institucional de competir com os outros países do mundo. Esta situação da África do Sul deixa o SADC em condição favorável se formos compará-lo com os outros blocos Africanos.

A crise econômica e financeira que assolou o mundo nestes últimos anos veio agravar ainda mais a capacidade de competitividade de todos os blocos do continente, visto que grande parte destes é exportadora de matérias primas e também são muito dependentes de créditos e de doação internacional para levar a cabo as suas atividades econômicas. O gráfico abaixo mostra o índice competitividade de alguns países africanos.

Tabela 2 – Países do Oeste da África e suas respectivas posições nos índices para Competitividade do Doing Business, Fórum Econômico Mundial e Fundação Heritage. Considerar posição mais baixa como condição de maior competitividade do país. Fonte: DTIS, Governo de Gâmbia, 2007. Elaboração: UICC Apex-Brasil.

Países / Índices	Doing Business	World Economic Forum	Heritage Foundation
Gana	94	Sem dados	105
Nigéria	108	101	146
Gâmbia	113	102	123
Benin	137	105	117
Senegal	146	Sem dados	83
Mali	155	118	88
Guiné	157	Sem dados	126
Guiné-Bissau	173	Sem dados	131
Nº de Países	175	125	157

Ao tratar do Desenvolvimento Financeiro e Comércio Essencial para Tornar a África mais Competitiva e Ultrapassar a Atual Crise, no último relatório do Banco Africano

de Desenvolvimento, o Banco Mundial (2009) *apud* Fórum Econômico Mundial (2009) – que teve como pano de fundo a competitividade da economia africana – fala que o relatório desenvolvido concluiu que o livre comércio e desenvolvimento das instituições financeiras podem ser fundamentais para o fortalecimento e também no aumento da competitividade dos blocos deste continente no cenário mundial. Além disso, também realçaram a importância do desenvolvimento da infra-estrutura, serviços de saúde, educação e das instituições como condições *sine qua non* para a melhoria da competitividade do continente.

Então se pode dizer que os blocos que possuem mais países com sistema bancário e de crédito e também uma infra-estrutura bem organizada estariam com capacidade competitiva maior do que os outros. “Os países que colherão os maiores benefícios e limitarão o impacto adverso da crise serão aqueles que sustentam as reformas, consolidam a governação, modernizam os mercados de capitais e fazem os investimentos necessários para tirar partido da enorme capacidade de recursos e criatividade da sua gente” (Banco Mundial, (2009) *apud* Obiageli Katryn Ezekwesili, 2009).

Ao Tratar da Economia Africana, So Geografia (2009) explica que a África detém apenas 1.9% do Produto Interno Bruto (PIB) e de apenas 2% de contribuição para o comércio mundial, e que aproximadamente 50% da população africana – que é de 924,5 milhões de habitantes – vivem debaixo de linha de pobreza, ou seja, estes vivem com menos de 1 dólar por dia. Então se pode dizer que a condição sócio-econômica do continente não é propícia para alimentar o sonho dos africanos de criar blocos econômicos fortes capazes de estar em condição de competir de igual para igual com as integrações de outras regiões do mundo.

Ao fazer análise sobre o Desenvolvimento Financeiro e Comércio Essenciais Para Tornar Mais Competitivo e Ultrapassar a Atual Crise, Banco Mundial (2009) *apud* Fórum Econômico Mundial (2009) aponta a educação como um dos problemas que o continente tem que ultrapassar para poder estar minimamente preparado em termos de conhecimento, ou seja, criar incentivos para que as pessoas possam priorizar o aumento de conhecimento porque este sim pode fazer diferença na situação futura do continente. “a taxa de rendimento do conhecimento novo depende da quantidade de conhecimento existente, e esta depende dos incentivos para investir em conhecimento. Se no começo existir pouco conhecimento, então existirá uma taxa de rentabilidade baixa.” (EASTERLY, 2004, p. 198)

Então os governos africanos têm que começar a partir de agora a investir em conhecimento com objetivo de aumentar cada vez mais o estoque do conhecimento em todo continente para que no futuro todo o continente possa colher o fruto de um crescimento

contínuo e duradouro. Caso ao contrário nunca vão conseguir sair do círculo vicioso em que estão metidos e por isso nunca poderão estar à altura de outras regiões do mundo.

(...) "se não houver investimento hoje, ainda haverá baixo conhecimento amanhã, e assim ainda haverá uma taxa de rentabilidade baixa amanhã – logo, também não haverá uma taxa de rentabilidade baixa amanhã. Depois de amanhã, ainda haverá baixo conhecimento. Em vez de um círculo virtuoso, este país estará aprisionado num círculo vicioso" (EASTERLY, 2004, p. 198)

A expectativa quanto ao futuro é um dos fatores importantes de crescimento dos blocos econômicos africanos no futuro, e também na melhoria da capacidade competitiva destes. Como referiu o próprio EASTERLY (2004), as pessoas respondem aos incentivos – por isso podemos dizer que uma expectativa de vida melhor no futuro pode funcionar como incentivo para que todos os atores envolvidos no crescimento e desenvolvimento do continente possam trabalhar mais para alcançar o objetivo de ter um continente africano mais competitivo no futuro.

Nos estudos sobre *Africa's Economic blocks Hopeful For a Better Future*, Gallup (2000) – que descobre sobre o nível de confiança das populações de diferentes blocos africanos quanto ao futuro – teve um resultado surpreendente. O que mostra que, apesar de muitas decepções que já tiveram, estes ainda continuam muito esperançosos quanto ao futuro. Neste mesmo estudo, Gallup (2009) fala que os moradores da região de Oeste Africano (ECOWAS) – que também pode ser chamado de UEMOA, bloco este onde todos os países membros também são membros do CEDEAO – mostraram estar mais otimistas quanto ao futuro, e os dados fornecidos por este mostra que 47% da população deste bloco esperam melhorar de vida no futuro; enquanto que os entrevistados de outros blocos que também estão confiantes quanto ao futuro perfazem uma percentagem da população menor do que a dos países da ECOWAS.

Ao tratar do mesmo tema, Gallup (2009) fala que na pesquisa que foi feita quanto à expectativa no futuro dos seus países, em todos os blocos pesquisados 36% da população está convicta de que a situação do país tende a melhorar nos próximos cinco anos. Mas nesta pesquisa destacou-se de novo o resultado dos cidadãos dos países do bloco da CEDEAO onde 53% da população esperam que a situação dos países deste bloco melhore nos próximos cinco anos.

Também na mesma pesquisa *Africa's Economic blocs Hopeful For a Better Future*. Gallup (2000) nos dá informação quanto ao nível de confiança da população de todos os

blocos africanos, ou melhor, da população de toda África, isso mostra que esta é a hora certa de todos os governos trabalharem juntos com objetivos de aproveitar o momento que é muito oportuno para implementar políticas certas de desenvolvimento que possam deixar o continente como um todo numa situação competitiva mais favorecido.

Mas neste momento existe um grande movimento em África que objetiva a aproximação cada vez maior de todos os blocos exemplo disso é a de blocos da África Austral e Oriental com objetivo de formar uma zona comercial único para os dois blocos. A reunião para implementação deste objetivo aconteceu na cúpula de Uganda, onde foi decidido que:

(...) “tentar alcançar o progresso econômico e social sustentável em todos os Estados-Membros, através de uma maior cooperação e integração em todos os domínios do desenvolvimento em particular no comércio, os costumes e monetários, transporte, comunicação e informação, tecnologia, indústria e energia, sexo, agricultura, ambiente e recursos naturais.” (COMESA, 2009)

Sabe-se que um dos principais objetivos da Comunidade Econômica Africana é unificar o mercado africano, aumentar o poder aquisitivo dos africanos e conseqüentemente atingir o objetivo de uma economia africana competitiva.

A infra-estrutura e instituições financeiras fortes e bem organizadas foram apontadas pelo relatório do Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial e Fórum Econômico Mundial, como uma das metas que precisam ser atingidas para melhorar a competitividade dos blocos e países africanos. “O limitado acesso a serviços financeiros continua a ser um grande obstáculo para as empresas africanas, mas as infra-estruturas subdesenvolvidas, os limitados serviços de saúde e educativos e as débeis estruturas institucionais são também fatores que tornam os países africanos menos competitivos no mercado global” (Banco Mundial 2009 *apud* Relatório sobre a Competitividade em África, 2009).

O relatório sobre a competitividade em África nos fornece informação clara das medidas que devem ser tomadas no curto e médio prazo para melhorar a competitividade dos países e blocos econômicos africanos. Pela urgência do problema e também pela necessidade de não deixar o continente mergulhar num círculo vicioso irreversível é preciso que os países e os blocos em colaboração com a união africana tomem medidas necessárias que possam reverter o mais rapidamente possível a atual situação do continente.

Pode-se dizer que é bem vindo o movimento que está sendo verificado entre os blocos econômicos da África Austral e da África Oriental. Ao falar da promoção da

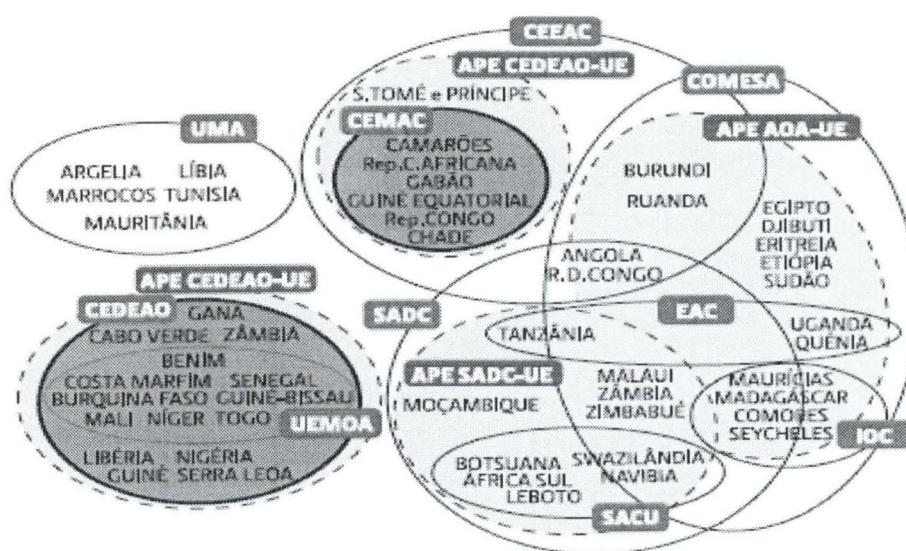
integração regional, COMESA (2009) conta que estes blocos são detentores de 400 milhões de pessoas e com 19 estados membros, exportam cerca de US\$82 bilhões de dólares por ano e importam US\$32 bilhões, e têm uma área geográfica de 12 (quilômetros quadrados).

O objetivo de fundir e formar um bloco só vai os deixar mais fortes e com capacidade competitiva maior. Por isso é aconselhável que movimentos como estes continuem em outros lugares do continente, como por exemplo, a formação de um bloco só entre os países da CEDEAO e os de bloco Magrebino por causa da proximidade geográfica entre os dois blocos. Portanto vale apenas frisar que movimentos como estes precisam continuar, porque assim teremos um continente africano mais unido e competitivo no futuro e em condição de atingir o sonho da UA de unir o continente num bloco só.

Mas este objetivo de atingir um único bloco em África está longe de ser atingido, porque apesar de estarmos dando atenção para os cinco principais blocos econômicos africanos, ainda existem outros cinco que não foram ou foram pouco citados neste trabalho.

Para nossa surpresa constatamos que em África há países que pertencem a três blocos diferentes. Neste caso, para qual destes blocos estes países terão mais comprometimento? Esta é uma das grandes dificuldades que os blocos de todo o continente têm enfrentado. Particularmente, esta confusão dos blocos econômicos em África está ilustrada na figura abaixo. Esta figura nos dá ideia clara de como é difícil entender a organização dos blocos econômicos Africanos.

A “cacofonia institucional” da Integração Regional em África



o esquema foi apresentado na conferência por Ceert

Fonte

FONTE: África – E uropa -CV

Neste mesmo capítulo tentaremos estudar levando em conta cinco blocos sub-regionais considerados por muitos como os mais importantes existentes em África. Neste estudo ficará mais evidente a confusão organizacional acima referida e como ela está interferindo no sucesso ou não destes blocos.

4.5 UMA AVALIAÇÃO POLÍTICO – INSTITUCIONAL DOS BLOCOS REGIONAIS AFRICANOS

A África é um continente muito vasto que conta com grande numero de países. Grande parte destes países é muito pequena e com maior parte da população vivendo abaixo da linha de pobreza. "Cerca de 1/3 dos habitantes da África vivem com menos de 1 dólar ao dia, abaixo do nível da pobreza definido pelo Banco Mundial. O avanço de epidemias, o agravamento da miséria e os conflitos armados levam esta região a um verdadeiro caos. Além disso, quase 2/3 dos portadores do vírus HIV do planeta vivem neste continente." (SO GEOGRAFIA, 2009)

Nos estudos sobre População da África, SO Geografia (2009) informa que o continente conta com uma população de 783.700.000 milhões (2000), com um território de 30.272.922 km²; também conta com um PIB total e PIB per capita de US\$517.104.000,00 (1998) e US\$ 693.00 (1998) respectivamente e o continente abriga 53 países totalmente independentes.

O grande número de problemas políticos e fronteiriços deixado como herança por colonialistas europeus – e também a fragmentação do território em pequenos países, sem contar as muitas guerras civis e golpes de estado verificados principalmente depois da independência – foram uma das razões da existência de mais de cinco blocos econômicos num só continente. Por isso pode-se dizer que estamos perante uma forma integracionista diferente e assim é muito pertinente termos um estudo da evolução política e institucional destes blocos econômicos. Apesar de existir mais de cinco blocos, vamos enfatizar apenas cinco principais mostrados na figura acima – estes são considerados por muitos como os mais importantes do continente.

4.6 COMUNIDADE DO LESTE AFRICANO (EAC)

Este bloco já existia antes da independência dos respectivos membros, porque os três primeiros países são antigas colônias Inglesas e este bloco foi formado por estas durante a época colonial com objetivo de facilitar a administração territorial destes países.

A EAC foi fundada pela primeira vez em 1967, mas depois devido à falta de coordenação entre países membros não chegou a dar certo; só depois em 1984 que os três países, Quênia, Tanzânia e Uganda acordaram quanto à necessidade de criação no futuro de áreas de livre comercio entre eles, reabilitando deste modo a EAC.

Depois de muitas negociações, em 1993 foi instituída a comissão Tripartite Permanente para o Leste Africano de Cooperação, que tinha como objetivo criar mecanismos para a reabilitação definitiva da EAC; e o lançamento da secretaria da EAC foi em março de 1996, e tinha como sede a cidade de Arusha na Tanzânia. Em 29 de Abril de 1997, nesta mesma cidade houve um dos acontecimentos mais importantes deste bloco que foi a transformação da comissão Tripartite Permanente em um tratado de livre comércio. Finalmente, em 1999, foi acordada pelos três países membros em Arusha, na Tanzânia, a criação do novo EAC.

No estudo sobre Comunidade Leste Africana, *Regional Economic Communities* RECs (2009) fala que nesta mesma cimeira de 1999 foram assinados outros acordos como o de política comercial externa comum e também o acordo sobre política tarifária comum entre todos os países do bloco; por último, foram acordados mecanismos comuns de lidar com a problemática do terrorismo na região e também da entrada de Ruanda e Burundi na EAC. Além disso, o estudo expõe que um dos desafios do EAC passou a ser a criação, no futuro, de uma zona de comércio livre e também da adoção de tarifa externa única no máximo até o ano 2000 e, por fim, a redução de cotas não - tarifárias existentes para os parceiros comerciais do bloco.

Depois da assinatura de todos os acordos – que foram importantes porque serviram como suporte para a entrada em vigor do EAC em Janeiro de 2001 –, no mesmo trabalho, *Regional Economic Communities* (2009) falou do acordo de livre comércio do EAC, e que este irá criar um mercado de 90 milhões de pessoas; e estima-se que o mercado comum da EAC pode vir a movimentar mais de \$30 bilhões de dólares e segundo esta mesmo fonte a estrutura do EAC é formada pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de

Ministros, a Comissão de Coordenação; comissões setoriais; do Leste Africano Tribunal de Justiça, do Leste Africano da Assembléia Legislativa e da Secretaria.

A situação política já foi pior nesta comunidade por causa de muitas divergências que aconteceram principalmente entre os presidentes da Uganda contra os da Quênia e Tanzânia – exemplo delas é o caso da entrada de Burundi e Ruanda na organização apoiada pelo governo da Uganda; porém, a entrada destes foi negada por Quênia e Tanzânia. “*Former President Moi of Kenya and President Museveni of Uganda were particularly mistrustful of each other, and Tanzania’s brush with African socialism was a world apart from Kenya’s pro-Western economic policies*” (Regional Economic Communities, 2009).

Mas se pode dizer que estas divergências agora constituem fatos do passado porque agora a situação política na organização é boa e a relação entre os países membros nunca estivera tão boa. Individualmente, a situação política é estável em todos os países membros, criando assim condição para que estes países possam atingir uma integração aceitável no futuro.

Ao falar da EAC, Banco Mundial (2009) afirma que atualmente a EAC é formada por cinco países: Quênia, Uganda, Tanzânia, Ruanda e Burundi; e a sede continuou em Arusha, na Tanzânia, com uma população de 91,8 Milhões (2003), PIB (EU \$ bilhões) de 31,0 (2003) e PIB per capita (EU \$) de 337,7.

4.7 UNIÃO ÁRABE DO MAGREB (UMA)

Este bloco econômico é formado pelos quatro países árabe do norte da África. E uma também árabe da África ocidental, estes países são: Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia todos situados do lado norte do continente, e Mauritânia que fica do lado ocidental da África.

Depois de muito tempo de negociações o tratado que instituiu a UMA foi assinando. De acordo com o artigo sobre UMA, Rocha (2009) na reunião que teve lugar na Tunísia, concretamente na cidade de Marraqueche em 17 de fevereiro de 1989. E neste tratado foi feita uma declaração que tinha metas que devia ser atingido pelos membros antes da entrada em vigor do tratado, e este tratado veio a entrar em vigor cinco meses depois concretamente em Julho de 1989.

Nos estudos sobre União Árabe Magreb UMA, Rocha (2009) explica que esta organização é composto por um Conselho presidencial, que é composto só por presidentes dos respectivos países, e eles podem tomar todas as decisões só que estas decisões têm que ser por unanimidade, uma Assembléia Consultiva, nesta assembléia cada país tem direito a 20

representantes, estes membros têm como objetivo criar idéias que acrescentam algo a mais aos objetivos da organização (UMA), sede desta assembleia fica em Argélia, também conta com uma Secretaria Geral com sede em Marrocos, e por uma Comissão Setorial de Ministros esta comissão função unicamente de execução, deixando toda função de decisão com o conselho presidencial, e esta é dividido em vários departamentos como da segurança, economia e das finanças.

A UMA também conta com um Tribunal de Justiça, este tribunal é autônomo e tem como fim resolver todos os problemas que dizem respeito à comunidade, problemas estas que podem ser derivados de acordos da criação do bloco, até aos de interpretação dos tratados. Este tribunal tem um estatuto que foi acordado na Líbia, e cada país membro tem direito a ter dois Juizes num prazo de 6 anos, e o modelo do estatuto deste tribunal é da União Europeia e da corte internacional de justiça, e tem sede em Mauritânia.

A situação atual desta organização não é dos melhores. No mesmo artigo referido acima, Rocha (2009) fala que hoje a UMA é uma simples cooperação entre os países membros, isso tudo de acordo com o mesmo autor é devido às grandes divergências existentes entre os países membros desta organização que agravou e muito nestes últimos tempos devido à infiltração de terrorismo e de fundamentalistas em muitos países desta região.

Hoje a UMA continua tendo como membros Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia, com situação política e econômica aceitável. De acordo com os dados fornecidos pelo *Sommaire de La Base de Données, UMA (2009)* a UMA conta com PIB de 265245,4 (2006) e PIB Per Capita (2006).

Pode-se notar que os blocos Africanos apesar de serem relativamente antigos quase nenhum deles conseguiram atingir todos os objetivos preconizados. Todo este fracasso se deveu à falta de comprometimento dos países com os seus blocos e principalmente com a fragilidade institucionais dos blocos.

4.8 COMUNIDADE ECONÔMICA E MONETÁRIA DA ÁFRICA CENTRAL (CEMAC)

Este bloco é formado pelos países da parte central do continente africano, e conta com 6 membros, antigamente esta organização já foi conhecido como *Union douanière Economique et de l'Afrique Central, (UDEAC)*, que era formado pelos principais países da colônia francesa da África central.

Mas o CEMAC veio a substituir a UDEAC nos anos 90 concretamente em 94 a quando da criação do CEMAC pelo Camerão, Congo, República Centro Africano e Chade, e posteriormente alguns anos depois Guiné Equatorial e Gabão aderiram ao bloco.

De acordo com a Comissão Econômica para a África, o CEMAC tem como principal órgão Conferência dos Chefes de Estados que tem como objetivo a tomada de decisões importantes que vão ajudar a comunidade a atingir com mais eficiência os objetivos preconizados, as reuniões de consertação desta comissão acontecem pelo menos uma vez por ano.

O CEMAC também conta com um Secretariado Executivo, que tem como dever fiscalizar se as medidas acordadas esta sendo postas em pratica pelos países membro. Este bloco ainda conta com uma Secretaria Geral, que é eleito por um mandato de quatro anos, um Tribunal de Justiça e uma Comissão Consultiva.

O grande desafio da CEMAC segundo informação dado pela Comissão Econômica para a África é de atingir uma união aduaneira que vai contribuir para melhorar as políticas macroeconômicas de toda região dando assim deste modo as condições necessárias para a criação de um mercado único de Bens, Serviços e de Fatores.

Politicamente a situação de todos os países membros da CEMAC é estável, tirando os últimos acontecimentos no Gabão que levou um pouco de instabilidade a este país e à região, todos os países membros são democráticas, ou seja, tanto o poder executivo como presidencial é eleito pelo povo através de eleições livres e justas.

Ao abordar o caso da Comunidade Econômico e Monetária de África Central CEMAC, Banco Mundial (2009) explica que atualmente a CEMAC é composto por 7 países, Congo, Camerão, República Centro Africano e Chade, Guiné Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe. Também conta com uma população de 34,1 (2003) milhões e PIB (EU \$ bilhões) de 28,8(2003) e o PIB Per Capita de 844,6(2003).

4.9 COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE SUL DA ÁFRICA (SADC)

Este bloco é considerado por muitos como o bloco mais importante do continente africano, por ter como membro países forte política, econômica e institucionalmente, o principal destes é a república de África do Sul que é a economia mais forte do continente e também um dos componentes do chamado G5 (Grupo de 5 Países Emergentes mais Ricos do Mundo).

Mais antes do SADC esta região do continente já contava com um bloco econômico chamado Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África do Sul (SADCC) que foi fundado em 1980 e era formado por nove (9) países da parte sul do continente, estes países são: Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

No estudo sobre SADC, *Regional Economic Communities da UA RACs (2009)* fala que SADCC conseguiu levar a cabo muitos dos seus objetivos como diminuição da dependência política e econômica dos países membros, acabar com apartheid na África do Sul, criar programas capazes de provocar mudanças econômicas na região, aumentar mobilidade de recursos entre os estados membros e aumentar o poder de barganha no cenário internacional.

Todos estes grandes feitos do SADCC criaram condição para entrada em vigor do que é hoje chamado de SADC. Esta mudança aconteceu oficialmente como retrata no mesmo trabalho sobre o SADC, *Regional Economic Communities da UA RACs (2009)* conta que na reunião de Windhoek Namíbia em agosto de 1992 entrou em vigor o SADC. A região passou a partir deste momento a contar não só com uma organização de coordenação de projetos de desenvolvimento mais sim passou a contar com uma integração econômica entre todos os países da região sul do continente.

Também neste mesmo trabalho, *Regional Economic Communities da UA RACs (2009)* explica que os estados membros chegaram ao consenso de garantir a igualdade entre todos os países do bloco. Garantir a solidariedade e paz na região, democracia, direitos humano e estado de direito deve ser perseguido por todos os estados membros, garantir ganhos coletivos e resolução de problemas de maneira pacífica.

Se pode dizer que todos estes acordos tinham como finalidade criar condições para que o bloco possa atingir mais rapidamente possível os objetivos preconizados. “O objetivo final da SADC, a Comunidade é, portanto, para construir uma região na qual haverá um alto grau de harmonização e de racionalização de permitir a partilha dos recursos para atingir a auto-suficiência coletiva, a fim de melhorar a vida das populações da região.” (*Regional Economic Communities da UA RACs, 2009*).

O SADC conta com muitas instituições, onde se pode destacar a Cúpula que foi exaltada no trabalho sobre SADC. No mesmo estudo, a *Regional Economic Communities da UA RACs (2009)* informa que o SADC é composto pelos chefes de estados e de governos de todos os países membros e responsabiliza pela direção das políticas regionais e também de

controlar o comprimento dos objetivos preconizados. E possui presidência do SADC é rotativo.

Outra importante instituição é de Ordem e Segurança, que tem como função garantir paz e estabilidade política em todos os países membros. Também conta com um Conselho de Ministros, que é composto por ministros dos Negócios Estrangeiros das Finanças e do Planeamento Económico de todos os países membros. O SADC também conta com um Tribunal de Justiça, este tribunal ainda não entrou em funcionamento, mas terá como objetivo ajudar na interpretação correta da lei de tratado de SADC e resolver todos os problemas que diz respeito ao bloco.

Atualmente o bloco está politicamente estável, depois de muito tempo de instabilidade política em alguns países membros como África do Sul que sofreu anos de segregação racial. Também as longas guerras que aconteceram em países muito importantes hoje para o bloco como Angola, e Moçambique. Mais o bloco tem em Zimbábue nos dias de hoje o grande problema a ser resolvido por isso o bloco tem feito muitas tentativas para levar estabilidade política e este país outrora muito próspero.

Os dados disponíveis nos trabalhos sobre SADC, Banco Mundial (2009) explica que o SADC hoje conta com 14 países Angola, Botsuana, Republica Democrática do Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Conta com uma População de 209,1(2003) milhões e com PIB e PIB Per Capita de 245,7 e 1175,0 (2003).

5 COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO)

A CEDEAO é um dos blocos sub-regionais que surgiu na África em resposta à política de integração regional recomendada pela UA. Esta organização engloba 15 quinze países: Benin, Burkina Fasso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

País	Partícipes da CEDEAO	Partícipes da UEMOA
Benin	Sim	Sim
Burquina Faso	Sim	Sim
Cabo Verde	Sim	Não
Costa do Marfim	Sim	Sim
Gâmbia	Sim	Não
Gana	Sim	Não
Guiné	Sim	Não
Guiné-Bissau	Sim	Sim
Liberia	Sim	Não
Mali	Sim	Sim
Níger	Sim	Sim
Nigéria	Sim	Não
Senegal	Sim	Sim
Serra Leoa	Sim	Não
Togo	Sim	Sim
Mauritânia	Não	Não

Tabela 1 – Relação de Países do Oeste da África segmentados por bloco econômico. Fonte: FMI. Elaboração: UICC Apex-Brasil.

Nos estudos sobre a Situação da Integração em África, Comissão UA (2009) explica que a CEDEAO, fundada em Maio de 1975, foi concebida como um meio para a integração econômica e desenvolvimento, esta por sua vez com os seguintes objetivos: contribuir para a eventual criação de uma união econômica na África Ocidental; promover a estabilidade econômica e a melhoria das relações entre os Estados Membros; por fim, a CEDEAO também tinha como prioridade a erradicação de guerras e a garantia da independência total de todos os países membros.

Segundo este mesmo relatório da Comissão UA (2009), os presidentes de Togo e da Nigéria propuseram um tratado de defesa formal que culminou dois anos depois na assinatura do pacto de não agressão que por sua vez entrou em vigor em setembro de 1986. Mais tarde, em 1991, foi acordado que todos os estados membros estabeleceriam um princípio que os obrigaria a respeitar a democracia e o estado de direito.

Dentro da CEDEAO co-existe uma outra organização chamada (UEMOA) União Econômica e Monetária da África Ocidental, formada por países com passados, língua e costumes comuns, herdados da França, que foi a nação colonizadora destes países com a exceção da Guiné-Bissau que é um país membro de colonização portuguesa. Este grupo de países possuem uma moeda comum chamada franco cfa ligado ao euro, moeda esta que é usada tanto internamente como para as transações comerciais entre todos os países da comunidade.

Ainda neste mesmo relatório, Comissão UA (2009) relata que foi criada em 1975 uma câmara de compensação África Ocidental (WACH), com objetivo de resolver o problema da inconversibilidade provocado pela existência de várias moedas na comunidade. E depois, em 1986, WACH se transformaria em agência monetária da África Ocidental (WAMA), com o objetivo de supervisionar a implementação do programa de cooperação monetária adotado no quadro do projeto para criação da zona monetária única da região.

Entretanto, podemos constatar que muitos destes objetivos depararam-se com grandes dificuldades para serem cumpridos devido a várias guerras e golpes de estado que aconteceram na sub-região. Vale a pena lembrar que nos últimos anos a África Ocidental enfrentou muitas guerras e golpes de estado, como as guerras na Serra Leoa, Libéria, Guiné-Bissau, Costa de Marfim e muitos outros problemas políticos na maioria dos países desta região africana.

Pode-se constatar que a organização enfrentou e ainda enfrenta muitos problemas, por isso está longe de atingir todos os objetivos preconizados quando da sua fundação. Mas vale a pena dizer que apesar de todas as dificuldades os países integrantes continuaram a trabalhar com afinco para atingir estes objetivos. Exemplo disso é o recente protocolo assinado com objetivo de definir o conceito de produtos originários dos estados membros de CEDEAO. Este tratado vai substituir o tratado de CEDEAO assinado em Cotonou no dia 24 de julho de 1993, e nele foram revisadas as seguintes leis:

1. Regras de Origem dos Bens da Comunidade
2. Bens totalmente produzidos em Estados Membros
3. Operações e Processos que conferem origem
4. O conceito de originar produtos industriais
5. Operações e processos sem atribuição de origem
6. Bens produzidos em zonas livres ou sob regimes econômicos especiais
7. Unidade de qualificação
8. Acessórios, partes sobressalentes e ferramentas

9. Prova de origem
10. Identificação de produtos industriais originários
11. Cooperação em procedimentos administrativos
12. Resolução de litígios
13. Emenda e Revisão
14. Entrada em vigor
15. Entre todas as leis revisadas destacam as que definem os bens que devem ser considerados como provenientes de estados membros. Segundo o protocolo só devem ser considerados bens provenientes dos Estados membros aqueles bens que:
 16. Tiverem sido totalmente produzidos em Estados Membros, de acordo com as disposições do Artigo 3 deste protocolo;
 17. Tiverem sido produzidos em Estados Membros, mas que contêm matérias-primas que não foram totalmente obtidas dos Estados Membros, desde que tais matérias tenham passado por operações e processos que confirmam a origem na Comunidade, como definido no Artigo 4 deste protocolo.

Produtos originários que consistem em matérias totalmente produzidas ou suficientemente transformadas num ou vários Estados Membros devem ser considerados produtos originários do Estado Membro no qual o último processo ou transformação teve lugar, uma vez que o processo ou transformação lá levado a cabo excede o processo e a transformação definidos no Artigo 5º deste protocolo.

O protocolo também destaca os conceitos que definem quais os bens que devem ser considerados totalmente produzidos dentro dos estados membros. Este artigo está dividido em doze subitens onde destacam-se os seguintes principais critérios de definição de origem:

1. Animais vivos nascidos e criados dentro dos Estados Membros;
2. Produtos minerais extraídos do solo, subsolo ou do fundo do mar de Estados Membros;
3. Produtos vegetais colhidos dentro dos Estados Membros;
4. Produtos obtidos do mar, rios e lagos dentro dos Estados Membros através de embarcações pertencentes aos Estados Membros;
5. Produtos manufacturados e navios de pesca a bordo pertencentes a Estados Membros, exclusivamente dos produtos referidos no parágrafo (f) deste Artigo;

6. Bens produzidos a partir dos materiais enumerados do parágrafo (b) ao (i) deste artigo, apenas utilizados ou misturados com outros materiais, desde que representem pelo menos 60% da quantidade total de matérias-primas utilizadas;
7. Energia elétrica produzida nos Estados Membros.

Este protocolo pode ser considerado um dos mais importantes tratados no que diz respeito à pretensão dos estados membros da CEDEAO de atingir os objetivos de formar realmente um mercado comum em todos os aspectos necessários. Um dos objetivos almejados é o de harmonizar os programas de integração econômica dos países da CEDEAO com os dos países da UEMOA, com destaque ao sonho de ter uma moeda comum para todos os estados membros.

Durante todos estes tempos de trabalho e esforços dos países membros para atingir uma integração possível ou aceitável, esta organização tem enfrentado problemas de várias vertentes. Além de guerras, golpes de estado e corrupção tem enfrentado choques econômicos sérios como o de década de 1980, sendo o mais recente o causado pela crise financeira que assolou o mundo recentemente. Porém, segundo o documento que estudou a Situação da Integração em África, da Comissão UA (2009), a região teve crescimento positivo das suas atividades econômicas. O seu PIB cresceu de \$216 bilhões em 2006 para \$261,7 bilhões em 2007 e a região mostrou uma aceleração das taxas de crescimento econômico, montando a 5,6% em 2007, contra 3,6%, em 2002. Mas a recessão provocada na região pela crise tripla (do petróleo, alimentar e financeira), que afetou muito a economia da comunidade, acabou acarretando uma baixa nas estimativas da taxa de crescimento de 2008 para 4,7%, perfazendo um decréscimo de 0,9% em comparação ao ano de 2007, como mostra o gráfico a baixo.

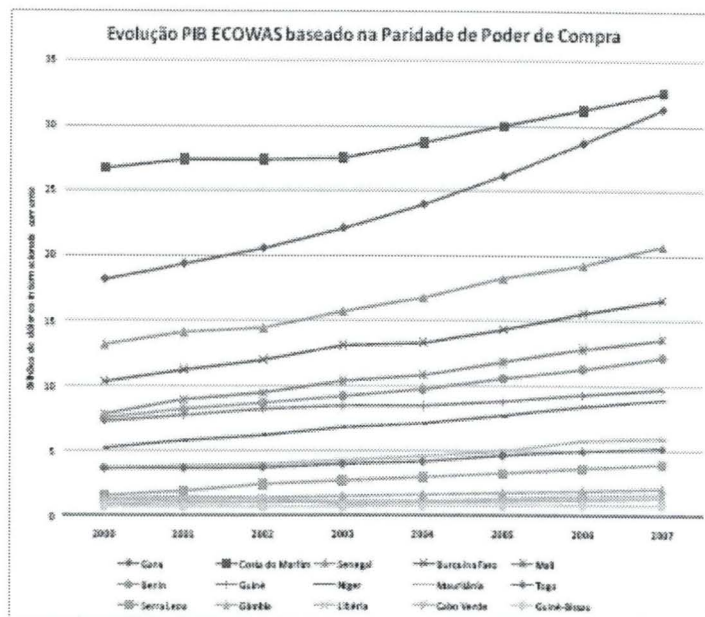


Figura 3 – Gráfico de evolução de crescimento nominal do PIB mediante Paridade de Poder de Compra para países da CEDEAO e Mauritânia, exceto Nigéria, de 2000 a 2007 (dados reais). Fonte: FMI. Elaboração: UICC Apex-Brasil.

No documento que retratou a Situação da Integração em África, Comissão da UA (2009) nomeou os principais progressos que a CEDEAO teve. Um destes diz respeito às instituições financeiras, em prol das quais foi criado o Banco de Investimento e Desenvolvimento (EBID), que passou a ser a mais importante instituição financeira da integração. O EBID foi fundado em 1999 por todos os países da CEDEAO e conta com duas filias; a primeira é o Fundo de Desenvolvimento Regional da CEDEAO (ERDF), a outra o Banco de Investimento Regional (ERIB). O EBID, que pode ser considerado a instituição financeira mãe do CEDEAO, tem como principal pretensão facilitar o crédito e promover crescimento econômico em todos os âmbitos da região, usando assim o ERDF e ERIB como meio facilitador para atingir estes objetivos, porque estes bancos funcionam como elo de ligação direto entre o EBID e os tomadores de créditos.

Outro progresso apontado neste mesmo documento elaborado pela Comissão da UA (2009) é a criação da Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS), que tem como objetivo a angariação de recursos para melhorar a condição de saúde pública na sub-região e também busca incentivar a cooperação no que respeita a pesquisa e informações sobre determinados tipos de doenças como, por exemplo: meningite, sarampo, febre amarela, cólera, com a finalidade de erradicar de uma vez para sempre estas epidemias na região.

Neste mesmo documento da Comissão da UA (2009) também foi citada a criação de WAMA como um dos principais progressos atingidos pela CEDEAO. Esta instituição foi fundada em 1975 com o propósito de facilitar o comércio entre os países da África Ocidental,

mas até então era conhecido como WACH. Apenas mais tarde passou a ser reconhecido como WAMA, incorporando além do novo nome a função de facilitar e criar as condições para a criação de uma zona monetária única na África ocidental.

Outra informação relevante contida no relatório da UA é o fato de que alguns países da CEDEAO têm envidado esforços para a criação de uma zona monetária. É importante frisar que a maioria destes países gozam da mesma herança colonial, ou seja, a maior parte desses países é de colônia inglesa, portanto pode se dizer que são países com história e idioma comuns. Esta zona monetária foi denominada de Zona Monetária da África Ocidental (WAMZ) e seus países constituintes são: Gana, Libéria, Serra Leoa, Nigéria, Gâmbia e Guiné, este último o único de colonização francesa.

Pode-se encontrar no mesmo documento, Comissão (UA 2009), que outro projeto destes mesmos países membros da CEDEAO visava criar condições para a introdução da nova moeda no bloco CEDEAO, que seria chamada de ECO. Esta nova organização, criada em 2001, é conhecida como Instituto Monetário da África Ocidental (WAMI). A CEDEAO tem colaborado com WAMI no que diz respeito ao projeto da criação da segunda Zona monetária África Ocidental (WAMZ), mas segundo este mesmo documento o caminho para a integração monetária destes países continua deparando-se com problemas de vários tipos.

A Comissão da OU (2009) retrata igualmente que a WAMA, apesar de muitos obstáculos, conseguiu alguns feitos importantes como:

1. WAMA ajudou no progresso da Unidade de Conta da África Ocidental (WAUA), a qual é utilizada como meio de pagamento entre os países da costa ocidental sem ter que se mexer nas respectivas reservas internacionais destes países.
2. WAMA ajudou na criação de um modo de transação interbancária entre os bancos centrais da África Ocidental, os quais também estão tentando, em colaboração com os bancos privados da África Ocidental (WABA), atingir a harmonização do sistema do pagamento do setor privado da costa ocidental.
3. WAMA ajudou na criação e progresso da segunda zona monetária da costa ocidental, que tem o projeto de criar uma zona monetária comum com os países que não estão na UEMOA.
4. WAMA, juntamente com a comissão de CEDEAO, está envidando esforços pra atingir o sonho maior da CEDEAO no âmbito da constituição de um mercado monetário comum, ou seja, atingir o objetivo de implementar o ECO.

5. WAMA também está ajudando na criação de uma política de taxa de cambio único entre todos os países da costa ocidental e de outras políticas tais como bancárias, de bancos de dados e de sistemas de pagamento em geral na costa ocidental.

Os grandes feitos conseguidos pelo CEDEAO não ficaram por aqui. Eles também têm conseguido progressos como a criação de muitas instituições com o propósito de regulamentar áreas de serviços e de atividades produtivas em toda a África Ocidental. Os principais projetos que foram enfatizados pelo estudo da UA são: a criação de Unidade de Coordenação de Recursos Hídricos (WRCU); Projeto de Gasoduto da África Ocidental (WAGP), Companhia de Electricidade da África Ocidental (WAPP); Projeto de Regulação do Sector de Energia Eléctrica da África Ocidental (ERERA); e Programa Regional de Acesso à Energia.

A região tem enfrentado problemas diversos desde guerras, fome e conflitos políticos, e estes problemas têm provocado perdas muito grandes em termos de recursos humanos em todos os países da região. No estudo que tratou de Estados Nações e os Desafios da Integração Regional: o Caso de Cabo Verde, Rosa (2007) explica que a região tem perdido trabalhadores para muitos países europeus apesar da existência de acordos para impedir esta fuga entre os países de origem com os de destino. Para países tais como Espanha e Portugal, o fluxo migratório continua grande, devido à detioração das condições de trabalho e também ao aumento indiscriminado da população na região. De acordo com o mesmo estudo, Rosa (2007) *apud* Relatório da *Youth Unemployment and Regional Insecurity in West África* da Nações Unidas UN (2007), a CEDEAO poderá atingir uma população de 430 milhões em 2020, sendo uma das conseqüências do incremento da população (na sua maioria jovens) o aumento preocupante da procura de comida e emprego. Por isso existe grande probabilidade que estes jovens venham a optar pela imigração como alternativa e esperança de crescerem profissionalmente.

Teme-se que estas tendências à imigração, principalmente da população jovem da sub-região, venham a agravar ainda mais a escassez de trabalho qualificado ou, por outro lado, a fuga de cérebros para a Europa e América do norte. Nos estudos que tratou da *African Immigrants In western World: Whose Brain Drain And Whose Brain Gain?* N. Amma Twum-Baah, A. Funmi Adeyele (2009) *apud International Development Research Centre*, em Ottawa Canadá (2009), relata que as instituições africanas estão ficando cada vez mais dependentes dos profissionais estrangeiros a fim de cobrir as lacunas deixadas pelos profissionais mal aproveitados que acabam optando por deixar o continente. Mas se estes

países podem contratar profissionais estrangeiros e podem lhes proporcionar um salário bom e também arcar com muitas outras despesas destes profissionais, o que deixa ainda muito maiores os gastos dos governos, pode-se dizer que esta tendência afetará em muito os países da costa ocidental da África e conseqüentemente a CEDEAO.

O processo de integração que está sendo levado adiante pelos países da região acompanha a grande esperança que a população tem de ver todos estes problemas – que vão desde políticos, populacionais e até de ajustes econômicos – resolvidos na região, porquanto só assim poderá apresentar índice de crescimento econômico aceitável.

Mas a CEDEAO tem enfrentado muitos problemas de sintonia entre países. Esta falta de sintonia tem dificultado muito a evolução da integração no continente. Por isso tem havido reclamações de muitos países membros, pois estes viram que os sonhos que os levaram a aderir a CEDEAO estão aparentemente cada vez mais longe de serem atingidos. “a CEDEAO, apesar da vontade política dos líderes dos seus estados membros, tornou-se uma organização pouco articulada – e incapaz financeira e politicamente de responder às solicitações do pormenorizado programa de integração que foi formatado” (ROSA, 2007, P. 8).

A falta de compromissos dos países também é um dos problemas que a integração enfrenta porque persistem muitos problemas de cumprimento dos acordos por parte de vários países membros. Além disso, os desequilíbrios e a dualidade que afetam a maioria das economias da África ocidental têm sido um grande entrave para a engrenagem definitiva da CEDEAO. De acordo com o estudo que tratou de Estados Nações e os Desafios da Integração Regional: o caso de Cabo Verde, Rosa (2007) *apud* ABASS BUNDU, Ex Secretário – Executivo (2007) coloca que a CEDEAO está sendo muito prejudicada por causa do grande déficit de costume de integração e de desenvolvimento econômico e também devido à precária organização das instituições dos países. Muitas vezes nestes países as leis informais se sobrepõem às leis formais, ou seja, as instituições às vezes são dirigidas sem grande planejamento. Tudo isso tem provocado grandes dificuldades de alguns países cumprirem as metas, e principalmente no que diz respeito à adequação das economias nacionais aos objetivos da CEDEAO.

Neste caso a CEDEAO, ou melhor, os países membros devem ser submetidos a grandes mudanças institucionais, mudanças estas que devem ser feitas o mais rapidamente possível, para que todos os países membros possam estar preparados para enfrentar de maneira igual os desafios que o futuro os prepara.

Existe uma grande diferença no que tange ao crescimento e desenvolvimento econômico e também à organização institucional e democrática entre os países da

organização. Neste caso é inevitável que exista uma grande força de alguns países no que diz respeito à imposição e aceitação de regras que devem ser seguidas. E isso não é saudável se formos pensar nos desafios do CEDEAO de atingir uma integração saudável onde todos os países possam ter uma participação dinâmica e igual. “ um unico país, a Nigéria, detém quase 60% da sua população, mais da metade do PIB regional, possui uma das maiores reservas de recursos naturais e exerce como tal toda a sua influência” (ROSA, 2007, p. 8). O grafico a baixo confirma a afirmação da Rosa.

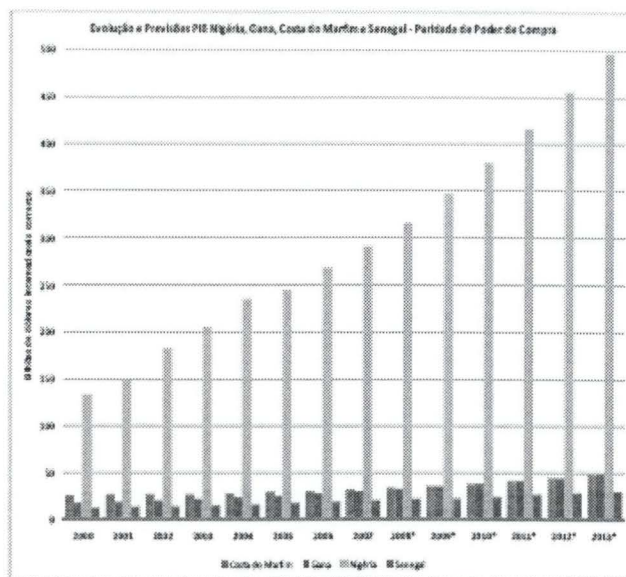


Figura 2 – Gráfico de evolução de crescimento nominal do PIB mediante Paridade de Poder de Compra para Costa do Marfim, Gana, Nigéria e Senegal de 2000 a 2007 (dados reais) e 2008 a 2013 (previsões). Fonte: FMI. Elaboração: UICC Apex-Brasil.

Os países da África ocidental têm enfrentado um nível de crescimento econômico muito baixo; exemplo disso é que grande parte destes países têm um índice de desenvolvimento humano (IDH) entre quatro (4.0) e cinco (5.0), que segundo as regras lhes rende um nível **baixo** de desenvolvimento humano. A cauda da tabela do índice de desenvolvimento humano é sempre ocupada pelos países da costa ocidental da África. ”o PIB por cabeça é inferior a 500,00 USD e o PIB regional é de 130 bilhões de USD, o comércio intra regional permanece reduzida (13%) e com pouco tendência de evolução”(ROSA, 2007, P. 8).

Só para ter ideia de como é realmente muito baixo o crescimento econômico do CEDEAO, no estudo que tratou de Estados Nações e os Desafios da Integração Regional: o Caso de Cabo Verde, Rosa (2007) retratou que o PIB da África do Sul é 1,6 maior que o da CEDEAO, já o da Bélgica e de Portugal que são países bem pequenos também têm um PIB que é de 2,7 e 1,2 vezes o da CEDEAO, respectivamente.

A agricultura que é das principais atividades produtivas da região, tem vivido tempos menos nebulosos apesar de que se fôrmos considerar as vantagens “naturais” que muitos países da região possuem, ainda há muito o que fazer a este respeito, mesmo porque grande parte dos alimentos consumidos na região poderia ser oriunda de países da própria região. Nos estudos sobre oportunidade de negócios Oeste da África CEDEAO/UEMOA, Apex Brasil (2009) *apud* FAO (2009) falam que tem evoluído a produção de muitos produtos agrícolas, onde se destacam óleos vegetais, horticultural e sementes.

A agricultura, apesar de ser uma atividade produtiva bem comum na região, contribui menos que o setor de serviços e de extração mineral para o PIB da sub-região. Segundo os dados fornecidos nos estudos sobre a oportunidade de negócios Oeste da África-CEDEAO/UEMOA, Apex-Brasil (2009) *apud* Dados da Comissão de Finanças da CEDEAO (2009) o PIB da CEDEAO estava formado por: setor primário 29,16%, setor secundário 30,28% e setor terciário 35,66%, e que apesar do setor terciário ser o maior impulsionador do PIB da região a agricultura continua sendo a atividade econômica mais vulgar (comum) na região, com 23,18% (dados de 2006) e 14,96 e 19,30 para as áreas do serviço e extração mineral respectivamente (2006).

ALIANÇAS E COMPLEMENTARIDADE NA CEDEAO

Um dos grandes benefícios de viver nas sociedades onde regem a cooperação e a coordenação nas atividades sociais, econômicas e políticas são os resultados que estas podem proporcionar para todas as partes envolvidas.

Um dos grandes impulsionadores da integração entre os países da CEDEAO são os benefícios que estes pode trazer individualmente para todos eles, mas sabe-se que este bloco é formado por países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo, ou seja, é formado pelos países mais pobres do mundo. O que quer dizer que estamos perante um dos mais sérios bolsões de pobreza do mundo.” No país rico, os trabalhadores qualificados fazem aumentar a produtividade uns dos outros; no país pobre, os trabalhadores não qualificados fazem diminuir a produtividade uns dos outros” (EASTERLY, 2004, P. 209).

Levando em conta as teorias das alianças e complementaridade, pode-se dizer que a integração como a de CEDEAO, onde todos os países componentes são pobres, não terá condições de proporcionar benefícios relevantes para o bloco como um todo, porque a

tendência é um país diminuir a produtividade de outro e isso pode fazer com que os países percam o incentivo de continuarem na integração.

A CEDEAO já enfrentou e ainda está enfrentando problemas que tiveram como causa a perda de incentivo de alguns países de continuarem no bloco. O primeiro país que abandonou o bloco foi a Mauritânia que passou a fazer parte de outro bloco formado por países economicamente mais estáveis. E agora existe uma forte pressão dos políticos cabo-verdianos em cima do governo atual, alegando que a CEDEAO não está dando benefício algum para o país. Desta forma este país está envidando esforços para se beneficiar do prometido estatuto especial da UE.

A pouca complementaridade entre os países pode ser um dos problemas que o bloco está enfrentando e ainda o enfrentará no futuro, porque dentro deste bloco existe diferença entre os membros no que diz respeito a nível de desenvolvimento econômico, ou seja, o velho e conhecido lema: benefício tem que ser mútuo para todos, caso contrário a integração se torna inviável. “A história das alianças como a história dos vazamentos, contém uma tensão entre o indivíduo e a sociedade. O que importa mais para minha produtividade econômica: o que eu faço, ou o que a sociedade faz?” (EASTERLY, 2004, P. 215).

Para não deixar a falsa ideia de que não possa haver uma integração viável e com benefícios e rendimentos crescentes quando se fala de países pobres, vale a pena frisar que todos estes problemas podem ser evitados se tomadas as medidas necessárias.

A expectativa quanto ao futuro pode ser muito importante para evitar problemas de complementaridade e de alianças e conseqüentemente tirar o bloco da ameaça do rendimento decrescente, pois, quanto maior é a expectativa e confiança no futuro, maior será o comprometimento de todos os membros com os objetivos preconizados do bloco. “Agora valeria a pena fazer investimento, porque quando este amadurecesse, entraria em aliança com a alta capacitação criada pelo investimento de todos os demais.” (EASTERLY, 2004, P. 216).

De acordo com EASTERLY (2004) os governos podem desempenhar papel importante no que diz respeito à resolução deste problema, porque as políticas adotadas pelos governos ou blocos econômicos podem ser determinantes para incentivar o vazamento de conhecimentos e alianças nos blocos. “O setor público poderia retirar a economia do bolsão ao subsidiar o investimento em novo conhecimento” (EASTERLY, 2004, P. 217).

Outra forma de resolver o problema das alianças e complementaridade que governo dispõe, segundo EASTERLY (2004), é acabar com o problema de coordenação, fazendo com que os componentes do jogo tenham mais incentivos de perseguir os objetivos, mesmo sabendo que estes incentivos são insuficientes. Só assim este indivíduo pode ficar livre do

bolsão de pobreza e passar a beneficiar-se de alianças e complementaridade proporcionadas por outros componentes da comunidade.

Neste caso pode-se dizer que a CEDEAO, apesar de estar composta por países pobres, pode ficar livre de rendimentos decrescentes, se levar a cabo políticas planejadas e coordenadas de desenvolvimento, porque se todos os países tiverem incentivo de fazer a sua parte, haverá mais certeza de que o bloco começará a beneficiar-se do esforço coletivo que está sendo levado a cabo. "A história dos rendimentos crescentes dos bolsões de pobreza diz que a pobreza é uma falha de coordenação." (EASTERLY, 2004, P. 217).

5.2 BRASIL E O CEDEAO

A África Ocidental é formada por muitos países. Grande parte destes países foram colonizados pela França por isso têm como língua oficial o Francês. Alguns destes países foram colonizados pela Inglaterra e Portugal, por isso têm inglês e português respectivamente como língua oficial.

Estes países podem constituir um grande mercado para os produtos manufaturados brasileiros, por isso existe uma necessidade de maior conhecimento e divulgação no Brasil da oportunidade de negócios que esta zona do continente Africana oferece.

Segundo os estudos da Oportunidade de Negócios Brasil CEDEAO/UEMOA, Apex Brasil (2009) frisa que todos estes países têm uma grande concentração de empresas privadas nas suas economias e que muitos destes países recorrem a órgãos de fomento de desenvolvimento internacional instalados ou não na região. Exemplo disso é a requisição do FED (*Federal Reserve System*), Banco Central dos Estados Unidos, para realizações de licitações em diferentes áreas da economia, onde podemos destacar as áreas agrícola e de assistência técnica na Costa do Marfim, para fornecimento de máquinas e equipamentos em Mali e para as áreas de assessoria em desenvolvimento, agricultura e pesca em Senegal.

De acordo com o mesmo estudo, Apex Brasil (2009) ressalta que o empresariado Brasileiro devia estar atento às oportunidades de negócios proporcionadas pelos países da CEDEAO via licitações e que uma outra oportunidade é a capacidade de entrega das mercadorias por via marítima, visto que esta parte do continente é considerada uma das mais caras no que respeita ao transporte de cargas por via marítima. Por isso os comerciantes brasileiros podiam aproveitar a proximidade que têm com a costa ocidental de África e serem os principais fornecedores de produtos alimentícios e manufaturados para esta região.

Ainda neste estudo de Apex Brasil (2009), pode se notar que já há muitas empresas exportadoras brasileiras atuando em muitos países do BECEAO e que de 2005 a 2008 o Brasil tinha 1390 empresas trabalhando nos países da subregião. A maioria destas empresas é de grande e médio porte e grande parte das exportações destas empresas vão para os países menos desenvolvidos do CEDEAO, como Senegal, Gana, Nigéria, Guiné, Costa do Marfim, Benin e Cabo-Verde.

A participação das empresas brasileiras exportadoras no mercado da CEDEAO é de 19% em Nigéria, 9% em Senegal, 14% em Gana, 8% na Costa do Marfim, 12% em Cabo-Verde, 7% em Benin, 5% conjuntamente em Guiné, Gâmbia, Libéria e Mauritânia, 4% com Serra-Leoa, 3% com Guiné-Bissau e Togo e 1% com Mali. Estes dados nos mostram que ainda existe parcelas grandes de mercados que podem ser cobridos pelos exportadores brasileiros e que a presença brasileira, apesar de muita oportunidade, ainda é pequena se comparada com os países da União Europeia (EU).

Conforme as informações obtidas no estudo acima referido, os empresários brasileiros além de poderem ser os principais fornecedores de maquinarias e implementos agrícolas para os países da costa ocidental, também poderiam acessar estes países na produção de biocombustível em toda região, porque os principais materiais usados por estes na produção são óleos, sementes e bagaços vegetais. E é do conhecimento de todos que o Brasil é dos países do mundo que detém tecnologia de ponta no que diz respeito à produção de biocombustível.

A produção de biocombustível tem despertado atenção de muitos países da costa ocidental da África (CEDEAO). Exemplo disso é a recente criação da “Opep Verde” em julho de 2006, que hoje tem quinze membros (15) e onze destes membros são da CEDEAO, por isso espera-se que aumente muito a produção de biocombustível em muitos países da CEDEAO e este aumento de produção vai acarretar, por sua vez, em aumento de demanda de máquinas e outros acessórios agrícolas, ou seja, da tecnologia em geral usada na produção de biocombustível.

O empresariado brasileiro tem que estar preparado para responder à futura demanda deste mercado, porque segundo estudos sobre Oportunidade de Negócios Brasil e CEDEAO/UEMOA, Apex Brasil (2009), existem muitos países com interesse em arrebatar esta demanda dos países da CEDEAO, países estes que eles chamaram de concorrentes do Brasil.

Estes países são: Reino Unido, EU, Índia, Itália e Suécia, e é de salientar que estes países já se encontram há muito tempo na região.

No mesmo estudos, Apex Brasil (2009) mostra que existe presença brasileira em apenas dois países da CEDEAO, trabalhando no ramo de biocombustível: a de PETROBRÁS na Nigéria e da EMBRAPA em Gana, presença esta que podemos considerar tímida se formos ver a vantagem que o Brasil tem em relação aos outros países concorrentes na produção de energias renováveis, vantagens estas que vão desde tecnológicas até no que diz respeito à distância que pode diminuir em muito os custos no transporte, por exemplo, de máquinas e outros acessórios agrícolas.

CONCLUSÃO

A análise das relações entre a integração econômica e as instituições existentes nos lugares, evidencia que o comportamento de um influencia o de outro. Ao analisarmos o modo da organização, regras existentes, progressos atingidos e resultados chega-se à conclusão de que o modo da implementação vai de acordo com os tipos das instituições existentes nestes lugares.

No trabalho se discutiu a integração econômica tentando evidenciar como as instituições influem na organização de uma maneira geral. Neste caso, como as instituições existentes em África e na própria zona ocidental deste continente influenciaram o modo da integração existente na CEDEAO atual. Assim, chegou-se à conclusão de que as instituições têm papel fundamental no sucesso ou não das integrações econômicas.

Tudo isso ficou mais claro no nosso estudo quando analisamos diferentes integrações econômicas existentes nos quatro cantos do mundo. Estes estudos podem servir de veículo para fundamentar a tese de que diferentes modos de organizações institucionais produzem integrações diferentes. Seguindo a mesma linha de análise foi feito um estudo com objetivo de identificar a presença das alianças e complementaridade no CEDEAO, e chegou-se à conclusão de que nas integrações como a de CEDEAO, formada por países pobres e com as instituições e incentivos fracos é mais difícil encontrar efeitos das alianças e complementaridade, ao contrário do que se possa verificar nas integrações como a de EU ou MERCOSUL por exemplo.

Também se estudou como as instituições que são fundamentais no progresso econômico das integrações acabam ditando a capacidade competitiva das integrações, ou seja, as integrações com organizações institucionais não muito estáveis terão dificuldades grandes em termos competitivos com aquelas com organizações institucionais estáveis. Então pode se dizer que as organizações institucionais determinam e ditam o espaço onde o progresso econômico será mais acentuado e também o espaço onde existiram bolsões de riqueza e pobreza ou lugares onde encontraremos rendimentos crescentes ou decrescentes da economia.

Por último, o trabalho estudou a integração econômica na África ocidental (CEDEAO), evidenciando que as instituições são as principais determinantes do modo de integração implementado neste bloco e não só, mas também no resultado que está sendo obtido pelos países integrados, porque este acaba influenciando na eficácia dos planos que podem ser fundamentais na caminhada rumo aos objetivos preconizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APEX BRASIL **OPURTUNIDADE DE NEGOCIOS OESTE DA ÁFRICA – CEDEAO/UEMOA:** disponível em: <http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/Eventos/BrasilAfrica/OportunidadesBrasilAfrica.pdf>. Acesso em 15 OUT 2009.

BANCO MUNDIAL **DESENVOLVIMENTO FINANCEIRO COMÉRCIO ESSENCIAIS PARA TORNAR A ÁFRICA MAIS COMPETITIVA E ULTRAPASSAR A ATUAL CRISE:** disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/adex%20watena/Desktop/REF/0,,contentMDK%2022206991~pagePK%20146736~piPK%20226340~theSitePK%20258644,00.html>. Acesso em 12 OUT 2009.

CENTRO GESTOR DE INOVAÇÃO **COOPERAÇÃO ECONÔMICA DA ÁSIA E DO PACIFICO (APEC):** disponível em: <http://www.cgimoveis.com.br/mercado/apec-2013-cooperacao-economica-da-asia-e-do-pacifico-asia-pacific-economic-cooperation>. Acesso em 15 OUT 2009.

COMESA **THE COMMON MARKET FOR EASTERN AND SOUTHERN AFRICA:** disponível em: <http://www.comesa.int/>. Acesso em 21 NOV 2009.

COMISSÃO UA **SITUAÇÃO DA INTEGRAÇÃO EM ÁFRICA:** EA 1083_PORT_Statics_Report 2009_10.doc_Port Mono – Microsoft Word Acesso em 20 CET 2009.

DALTON DAEMON **ECONOMIA INTERNACIONAL Análises e Comentários,** BLUMENAU SC, 1995

DOMINICK SALVATORE **ECONOMIA INTERNACIONAL.** RIO DE JANEIRO LCT – LIVROS TÉCNICOS E CIENTIFICOS EDITORA S.A, 2000.

EMORY BOGARDUS **PRINCIPIOS DA COOPERAÇÃO** Ed.Lidador,LTDA,Lisboa, 1964.

EMBACHADA DA AFRICA DO SUL **Transição da Organização de Unidade África a União Africana**. Disponível em <http://www.africadosul.org.br> acesso em 25 OUT 2007.

EU MERCOSUL **DADOS ECONÔMICOS DO MERCOSUL**: disponível em: <http://www.eumercosur.org/publicado/spanish/portugues/presentacion.html>. Acesso em 15 OUT 2009.

FMM EDUCACIÓN **TRATADO DE LIBRE COMERCIO DE NORTEAMERICANA (NAFTA-TLC)**: disponível em: <http://www.fmmeduccion.com.ar/mapa.htm>. Acesso em 10 OUT 2009.

GALLUP **AFRICA'S ECONOMIC BLOCS HOPEFUL FOR A BETTER FUTURE**: disponível em: <http://www.gallup.com/poll/102889/africas-economic-blocs-hopeful-better-future.aspx>. Acesso em 08 OUT 2009.

JACOB PAULO KUNZLER & CARLOS MACIEL **MERCOSUL E O MERCADO INTERNACIONAL** EDITORA ORTIZ S/A. 1995.

JOSÉ MARIA SEMEDO **ESTADO NAÇÃO E OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL: CASO DE CABO VERDE**: disponível em: http://portal.unesco.org/shs/en/files/10991/11840742961j_semedo.pdf/j_semedo.pdf Acesso em 15 OUT 2009.

LEONARDO SANTOS SIMÃO **EM BUSCA DE UM FUTURO MELHOR: A UNIÃO AFRICANA**: disponível em <http://www.cplp.org>.

LUCENA E ROCHA **BLOCOS ECONÔMICOS E INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA**: disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=ltMxmjXOfzMC&pg=PA16&lpg=PA16&dq=Leandro+rocha+uni%C3%A3o+monetario+arabe&source=bl&ots=u6ND->

[Jv7tG&sig=5vrevdEWTxvQ5E8J6xgG9ZXGayM&hl=pt-BR&ei=sjQBS7HqOYKQuAflYrXcDw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&ved=0CAoQ6AEwAQ#v=onepage&q=&f=false](http://www.mundoeducacao.com.br/geografia/nafta.htm) Acesso em 12 OUT 2009.

L'UNION DU MAGHREB ARABE **SOMMAIRE DE LA BASE DE DONNÉES UMA:** disponível em: <http://www.maghrebarabe.org/fr/statistics.cfm>. Acesso em 21 NOV 2009.

MARCELO PASSINI MARIANO **A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL** Ed. Aduaneira LTDA, São Paulo 2000.

MUNDO EDUCAÇÃO NAFTA: disponível em: <http://www.mundoeducacao.com.br/geografia/nafta.htm>. Acesso em 03 OUT 2009.

NOT MOC **na África do Sul: Organização de Unidade Africana da lugar a União Africana.** Disponível em: <http://www.mol.co.mz/notmoc/2007/0715po.html> Acesso em 25 OUT 2007.

PORTAL DO BRASIL **PAÍSES DO MUNDO:** disponível em: <http://www.portalbrasil.net/afrika.htm>. Acesso em 03 OUT 2009.

PATRICIO VIANA **INTEGRAÇÃO ECONÔMICA EM ÁFRICA:** disponível em: <http://www.scribd.com/doc/18799707/Integracao-economica-em-Africa>. Acesso em 21 NOV 2009.

ROBERT AXELROD **LA EVOLUCIÓN DE LA COOPERACIÓN el dilema del prisionero y la teoria de juegos** Ed. Cast.: Alianza Editoria, S.A., Madrid, 19986, 1996.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA-MASSIMO PANEBIANCO **O GRUPO SUB-REGIONAL ANDINO** Ed. Subsecretária de Edição Técnicas do Senado Federal, 1984.

REGIONAL ECONOMIC COMMUNITIES RECs, COMUNIDADE DO LESTE AFRICANO
EAC disponível em:
<file:///C:/Documents%20and%20Settings/adex%20watena/Desktop/REF/EAC.htm>. Acesso
em 12 OUT 2009.

SO GEOGRAFIA ECONOMIA DE ÁFRICA: disponível em:
<http://www.sogeografia.com.br/Conteudos/Continentes/Africa/?pg=4>. Acesso em 21 NOV
2009.

SUA PESQUISA NAFTA: disponível em: <http://www.suapesquisa.com/geografia/nafta.htm>.
Acesso em: 01 OUT 2009.

WILLIAM EASTERLY **O ESPETÁCULO DO CRESCIMENTO** Ed. Ediouro Publicações
S.A., Rio de Janeiro, 2004.

WE RUM DRC **African Immigrants In The Western World: Brain Drain And Whose
Brain Gain?** Disponível em: <http://malukayi.blogspot.com/2009/07/african-immigrants-in-western-world.html> acesso em 12 OUT 2009.